

Paralisação nacional será sexta-feira

Trabalhadores vão à

Greve Geral contra

o fim da Previdência

Valter Campanato - ABr



Flávio: “Não assinei carta por não apoiar o genocídio da Previdência”

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), usou suas redes sociais para reagir à articulação do governo federal que busca impor aos estados e municípios as condições draconianas da proposta de reforma da Previdência encaminhada ao Congresso por Bolsonaro. “Não apoiarei genocídio contra os mais pobres e mais necessitados. Nem apoiarei a destruição da Seguridade Social com a tal da capitalização, de interesse dos bancos”, disse. **Pág. 3**

Aumento da idade mínima vai impedir aposentadoria de milhões de brasileiros

A greve geral, marcada para a sexta-feira, dia 14 de junho, será contra a mais estúpida e criminosa tentativa já feita por um governo de atacar a Previdência – as aposentadorias e pensões dos trabalhadores. Guedes e Bolsonaro anunciaram a pre-

tensão de arrancar R\$ 1 trilhão da Previdência para passá-lo a quem não trabalha, a rentistas que amealham fortunas com recebimento de juros. Em todo o Brasil, sindicatos, Centrais e outras entidades organizam os trabalhadores para a luta contra a destruição dos direitos conquistados há 80 anos. **Pág. 3**



“Abriram a porteira e vão dilapidar a Petrobrás”, denuncia Ildo Sauer

NCST



Aos gritos de “Greve Geral!”, foi lançada na Câmara dos Deputados, em Brasília, a Frente Parlamentar Mista dos Trabalhadores em Transportes. O setor decidiu parar

AFP



Zeresenay Alemseged

Previsão do PIB pelo BC está em queda semanal desde fevereiro

Nesta segunda-feira (10), o Banco Central divulgou a previsão do crescimento do PIB para 2019 com redução de 1,13% para 1%. É a 15ª queda seguida. Já o Bradesco derrubou a sua expectativa sobre o PIB de 1,1% para 0,8%. **Pág. 2**



Walter Neves escreve sobre os bípedes e cabeçudos

Um pouco da saga de nossos antepassados é contada pelo bioantropólogo Walter Neves, em artigo exclusivo. Na foto, *Australopithecus afarensis*, a filha de Lucy. **P. 4**

HP

NA
INTERNET

No portal **HORA DO POVO** você tem acesso a todo o conteúdo do jornal impresso e muito mais. Acesse e confira:

www.horadopovo.org.br

Seleção feminina vence por 3x0 na estreia da Copa

A equipe comandada por Vadáo dominou as jamaicanas durante os noventa minutos. Agora a seleção tem três pontos e três gols de saldo, ficando à frente da Itália, que tem a mesma pontuação, mas saldo de apenas um. Austrália e Jamaica não somam pontos. **Pág. 2**

Mensagens vazadas de Moro e Dallagnol não inocentam Lula

É algo característico de nossa situação política – com um desequilibrado na Presidência e um ex-juiz famoso que aceitou ser ministro da Justiça desse elemento – que as reportagens do The Intercept Brasil sobre a troca de mensagens entre procuradores membros da Operação Lava Jato e o então juiz federal Sérgio Moro não tenham recebido atenção por seu conteúdo implícito (ou, como diria Freud, “latente”), mas apenas por seus aspectos manifestos, aliás, como sempre acontece nesses casos, secundários. Porém, ao contrário da pretensão de alguns lulistas, elas não servem para inocentar Lula, pela simples razão que não contestam uma só das provas apresentadas contra ele ou contra qualquer outro condenado. **Página 3**

“O governo federal conseguiu o que queria. Ele poderá agora instalar uma grande feira para dilapidar a Petrobrás”, afirmou o professor Ildo Sauer, diretor do Instituto de Energia (IEE/USP) e ex-diretor de Energia e Gás da Petrobrás, ao comentar a decisão do STF autorizando a venda de subsidiárias das estatais sem autorização do Congresso Nacional e sem licitação. Com a decisão, há “a possibilidade da Petrobrás manter apenas o seu CNPJ e a sede”. Para o engenheiro Fernando Siqueira, diretor da AEPET, a decisão “escancarou geral para as empresas estrangeiras comprarem ativos da Petrobrás. Está de volta o plano de esfacelamento da Petrobrás para a sua venda em fatias e aos pedaços”, denunciou. **Pág. 2**

Justiça suspende corte nas verbas de universidades federais do país

A Justiça Federal da Bahia determinou a suspensão dos cortes nas verbas e custeio das universidades federais realizadas por Bolsonaro e o ministro da Educação Abraham Weintraub. O MEC tem 24 horas para cumprir a reintegração da verba das instituições federais de ensino, sob pena de multa diária de R\$ 100 mil. **Página 4**

Bolsonaro, Inimigo da Educação

Supremo autoriza venda de subsidiárias das estatais

O Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou nesta quinta-feira (6) a venda de subsidiárias das estatais sem autorização do Congresso Nacional e sem licitação. Após o julgamento, o ministro Edson Fachin revogou a liminar, concedida por ele no final de maio (27), que barrou a venda de 90% da Transportadora Associada de Gás (TAG), subsidiária da Petrobrás para um consórcio formado pela francesa Engie e a canadense Brookfield.

Com a decisão do Supremo, o governo Bolsonaro recebeu sinal verde para seguir com seu plano de dilapidação da Petrobrás. Além da privatização da TAG, estão prometidos a BR Distribuidora, a Liquigás e as refinarias, entre outras subsidiárias.

Ao tomar a decisão em caráter preliminar, o plenário do STF derrubou em parte a decisão do ministro Ricardo Lewandowski, concedida no ano passado, que proibia a privatização de empresas estatais, sociedades de economia mista, subsidiárias pertencentes à União, estados, Distrito Federal e municípios, sem licitação e sem edição de lei para tal alienação.

Votaram pelo aval do Congresso Nacional para venda de qualquer empresa pública de qualquer espécie os ministros Ricardo Lewandowski e Edson Fachin. Os ministros Alexandre de Moraes, Luís Roberto Barroso, Cármen Lúcia, Rosa Weber, Luiz Fux, Gilmar Mendes, Marco Aurélio, Celso de Mello e Dias Toffoli votaram pela privatização de subsidiárias sem aval do Congresso.

Os ministros decidiram ainda, por unanimidade, que o governo não pode vender empresas estatais ou se desfazer do “controle acionário da empresa-mãe” sem o consentimento do Legislativo e sem licitação.

Mas, a decisão pela privatização das subsidiárias anula a decisão sobre a “empresa-mãe”. Afinal, o que é uma empresa matriz sem o arcabouço de empresas que a compõe? Com a venda desenfreada das subsidiárias, as empresas “matrizes” serão esqueartejadas e entregues à iniciativa privada, de preferência a estrangeiros e, isto tudo, sem o governo Bolsonaro pedir a autorização do Legislativo.

Além do mais, segundo denuncia o especialista Ildo Sauer, ex-diretor da Petrobrás, vários ativos da “empresa-mãe” foram transferidos para as subsidiárias. “*Todos os ativos podem ser transferidos. Por isso eu digo que se eles quiserem, a empresa-mãe pode acabar ficando apenas com o CNPJ e a sede*”. (Ver entrevista nesta página).

Previsão para alta do PIB cai pela 15ª vez seguida

As projeções para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) deste ano continuam derretendo. Nesta segunda-feira (10), o Banco Central divulgou o boletim “Focus”, com a estimativa de analistas de mais de 100 instituições financeiras, com redução de 1,13% para 1% o crescimento da economia brasileira. É a 15ª queda seguida.

Na sexta-feira (7), o Bradesco revisou sua perspectiva para o crescimento da economia este ano, de 1,1% para 0,8%.

Segundo o banco, “evolução mais contida da atividade indica que a ociosidade da economia está e será maior”.

Para o Bradesco, “a confirmação de queda de 0,2% do PIB no primeiro trimestre e os recentes indicadores de atividade sugerem uma transição ainda moderada para o segundo trimestre”.

Recentemente, até o alucinado que ocupa o Ministério da Economia baixou a previsão de crescimento de 2,2% para 1,6%.

As sucessivas revisões para baixo na expectativa de crescimento nada mais são do que a confirmação de que a economia, que já estava no fundo do poço, está piorando com a política

econômica de Guedes/Bolsonaro.

Em 2018, o PIB teve uma variação de 1,1%, repetindo o fiasco do ano anterior.

O que o governo fez para enfrentar o problema? Nada, absolutamente nada. Fez para piorar. Manteve os juros reais no espaço, reduziu os investimentos e deu fim ao crédito público.

Em abril, o financiamento do BNDES caiu 7,6% em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Como resultado, o investimento das empresas (a Formação Bruta de Capital Fixo) caiu 1,7% no primeiro trimestre do ano.

A previsão de crescimento da produção industrial para este ano também foi revisada, de 1,49% para 0,47%.

Segundo dados do IBGE [06/06], a queda da produção industrial em abril chegou a -3,9% frente ao mesmo mês do ano passado, acentuando o retrocesso acumulado nos quatro meses do governo Bolsonaro.

Nem a variação de +0,3% na série com ajuste sazonal retira, por enquanto, a conclusão de que a indústria entrou novamente em recessão”, avalia o IEDI - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial.

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBSCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hrj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curio-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Ildo Sauer: com aval do STF, “vão dilapidar a Petrobrás”



“Abrir a porteira para vender praticamente tudo da Petrobrás”

“Escancarou geral”, diz Fernando Siqueira sobre o plano de desmonte da Petrobrás

O engenheiro Fernando Siqueira, diretor da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet), afirmou nesta sexta-feira (07), em entrevista ao HP, que “é lamentável a autorização para a venda das subsidiárias das estatais sem autorização do Congresso Nacional e sem licitação, pretendida pelo governo Bolsonaro, e autorizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF)”.

“É o retorno do que pretendia o Credit Suisse First Boston em 1991, no governo Fernando Collor de Mello”, denunciou o dirigente da Aepet. “Eles queriam fatar a Petrobrás para vendê-la por partes”, lembrou.

Na opinião de Siqueira, a decisão tomada agora, “em vigência deste governo entreguista de Bolsonaro, com a economia comandada por Paulo Guedes e com Roberto Castello Branco na presidência da Petrobrás, ambos defensores da privatização da Petrobrás, será decretado um ‘escancarou geral’ para as empresas estrangeiras comprarem ativos da Petrobrás”.

“Está de volta o plano de esfacelamento da Petrobrás para a sua venda em fatias e aos pedaços”, denunciou.

“O banco, que comandou a privatização da YPF da Argentina, apresentou na época ao governo entreguista de Fernando Collor um plano de privatização da Petrobrás. A ideia era privatizá-la por partes e consistia em dividir a Holding em ‘unidades de negócio’ e vender as subsidiárias”, lembrou Fernando.

“Com a derrubada de Collor em 1992 e a entrada de Itamar Franco”, prosseguiu o diretor da Aepet, “foram interrompidos os planos de Collor e do Credit Suisse First Boston de esquitejamento e destruição da Petrobrás”.

“Em 1995, FHC retomou o processo. Ele conseguiu a aprovação da Emenda Constitucional nº 9/1995, que quebrou o monopólio estatal e mandou para o Congresso o projeto de lei que se transformou na Lei nº 9.478/1997”.

“A lei de FHC seguia



Diretor da Associação dos Engenheiros da Petrobrás

também a ideia das unidades de negócio e incentivava o esfacelamento da Petrobrás em várias subsidiárias, permitindo associações, majoritárias ou minoritárias, com outras empresas. A Petrobrás foi dividida em 40 unidades de negócio para transformá-las em subsidiárias e privatizá-las”, apontou Siqueira.

“Além disso, informou o sindicalista, “em seu artigo 26, esta lei passou a dar todo o petróleo para quem o produzisse”.

“No governo FHC, foram criadas a Transpetro e a Gaspetro. Foram iniciadas as negociações para a venda de 30% da Refinaria Alberto Pasqualine (Refap) por meio de uma lesiva troca de ativos com a multinacional Repsol/YPF. Na época da venda da Refap, nós entramos na Justiça e conseguimos interromper o processo”, destacou Fernando.

Ele lembrou que “Pedro Parente, que foi indicado por FHC para o Conselho da Petrobrás, provocou um prejuízo de R\$ 200 bilhões à estatal. Só na venda de ações na Bolsa de Nova Iorque ele ofereceu ações que valiam US\$ 100 bilhões, por apenas US\$ 5 bilhões”.

“É necessário destacar que a Petrobrás não precisa vender ativos e nem subsidiárias. Principalmente os sabidamente rentáveis”, disse Fernando. “A BR Distribuidora, por exemplo, é uma subsidiária da Petrobrás, e é a segunda maior empresa brasileira. Ela dá lucro. Vendê-la, assim como vender outras subsidiárias rentáveis da Petro-

brás, significa prejudicar a situação financeira e o caixa da estatal”, frisou Siqueira.

“O que eles querem, ao vender as subsidiárias, é estrangular o caixa da Petrobrás para justificar sua privatização”, denunciou.

Fernando Siqueira deu o exemplo da dívida da Petrobrás, que era de US\$ 115 bilhões em 2018, e que, agora, é de US\$ 69 bilhões. Segundo o diretor da Aepet, “foram os lucros das subsidiárias que propiciaram essa redução”. “Apenas 25% vieram de venda de ativos, enquanto 75% da redução da dívida se deu por conta do lucro das subsidiárias e do lucro operacional da própria estatal”, acrescentou.

“Além do mais”, destacou Fernando, “é a BR que leva combustível para a Amazônia. As outras não levam, porque não é rentável fazê-lo”.

Fernando Siqueira fez questão de demonstrar que quem apostou em suas empresas estatais de petróleo e usou os recursos a favor do país, progrediu. “É o exemplo da Noruega”, diz ele, “que, quando descobriu o Petróleo, criou uma estatal, a Statoil, e investiu a renda do petróleo no bem-estar de seu povo”.

“A Noruega saiu de um dos países mais atrasados de Europa para ser um dos mais desenvolvidos do mundo”, lembrou. “Já a Nigéria”, disse Fernando, “descobriu muito mais petróleo do que a Noruega, mas entregou sua exploração para a Shell. Hoje é um país extremamente pobre”, completou.

S.C.

Para o diretor do Instituto de Energia (IEE) da USP, com a autorização de venda das subsidiárias, “a empresa-mãe pode acabar ficando apenas com o CNPJ e a sede”

“O governo Federal conseguiu o que queria. Ele poderá agora instalar uma grande feira para dilapidar a Petrobrás”, afirmou o professor Ildo Sauer, diretor do Instituto de Energia (IEE) da Universidade de São Paulo (USP) e ex-diretor de Energia e Gás da Petrobrás, ao comentar a decisão, tomada nesta quinta-feira (06) pelo Supremo Tribunal Federal, autorizando a venda de subsidiárias das estatais sem autorização do Congresso Nacional e sem licitação.

Uma empresa subsidiária é uma espécie de subdivisão de uma companhia, encarregada de tarefas específicas no complexo produtivo ou no mesmo ramo de atividades da “empresa-mãe”. A Petrobrás, por exemplo, tem 36 subsidiárias, como a Transpetro e a BR Distribuidora; a Eletrobrás, tem 30 subsidiárias e o Banco do Brasil tem 16. O governo federal possui, segundo o Ministério da Economia, 134 estatais, das quais 88 são subsidiárias. Pela decisão tomada, por exigência do governo, todas elas poderão ser vendidas sem licitação. Apesar da pressão do Planalto, o STF manteve a proibição da venda das estatais-mães sem aval do Congresso.

“O que nós vimos foi uma pressão enorme do governo para abrir a porteira e vender praticamente tudo da Petrobrás”, denunciou ao HP um dos maiores especialistas em energia do país. “Ressalvado o que ficou garantido pelo artigo 37 da Constituição, referente aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade nas operações de venda de ativo públicos, e que, em tese, pode exercer algum poder moderador ou freio ao desmonte pretendido, o que se tem, a partir de agora, é a possibilidade de a Petrobrás manter apenas o seu CNPJ e a sede”, observou Ildo Sauer.

Segundo o ex-diretor da estatal, “já há dentro da Petrobrás, há muitos anos, a prática da transferência de ativos da empresa mãe para suas subsidiárias”. “Uma refinaria por exemplo, pode ser constituída como uma subsidiária e receber ativos da empresa. Agora ela vai ser vendida pelas regras aprovadas. Ou seja, sem licitação, ou através de um processo aparente de disputa, com a exposição dos ativos da empresa para serem analisados por compradores”, informou. “E por isso que estou dizendo que vão organizar uma feira na Petrobrás”, acrescentou o professor da USP.

“Já funciona assim até em plataformas de exploração da Petrobrás”, explicou Ildo Sauer. “Muitas delas, as que utilizam o processo de leasing, têm CNPJ e poderão ser vendidas como subsidiárias. Até campos de petróleo, como Marlin, por exemplo, podem ser consideradas subsidiárias, já que foram constituídas como entidades separadas, com CNPJ distinto da empresa-mãe.

“Nesta condição, elas poderão ser vendidas desta forma que foi aprovada”, prosseguiu o diretor do IEE-USP. “O que foi uma lei que permitiu maior agilidade administrativa da empresa será agora interpretada para facilitar a dilapidação da estatal”, disse o professor, referindo-se à Lei 9.478/97.

Ele citou como exemplo a TAG (Transportadora Associada de Gás), que foi vendida pelo atual governo para a

francesa Engie. “Quando eu era diretor havia uma série de transportadoras de gás separadas e elas tinham administrações separadas. Nós unificamos tudo numa nova subsidiária única, a TAG, que antes chamava-se Transporte Amazônico de Gás e passou a ser a atual Transportadora Associada de Gás (TAG)”, contou.

“Vários ativos da empresa-mãe foram transferidos para essa subsidiária”, disse Sauer. “Todos os ativos podem ser transferidos. Por isso eu digo que se eles quiserem, a empresa-mãe pode acabar ficando apenas com o CNPJ e a sede”, observou.

O objetivo do governo seria, segundo a área econômica, obter R\$ 80 bilhões com o esquitejamento e venda das subsidiárias das estatais. O engenheiro Fernando Siqueira, diretor da Associação dos Engenheiros da Petrobrás, calcula que só em campos de petróleo da Cessão Onerosa da Petrobrás (uma área específica do Pré-sal), que, pela decisão do STF, poderão ser considerados como subsidiária, valem, a preços atuais do barril de petróleo, cerca de R\$ 3,2 trilhões.

Ele denunciou que estas riquezas imensas estão sendo oferecidas ao capital estrangeiro por um preço de “banana”, ou seja, “por um preço infinitamente menor do que elas valem”.

“O governo pretende leiloar o excedente da Cessão Onerosa, obrigando a Petrobrás a repassar ao cartel internacional do petróleo quase 21 bilhões de barris descobertos por ela”, observou Siqueira. “Com a entrega, o Planalto espera arrecadar no máximo R\$ 100 bilhões a título de bônus”, diz ele.

Ao final do julgamento, o advogado-geral da União, André Mendonça, revelou que o governo não pretende vender apenas as subsidiárias. Ele afirmou que as vendas de estatais consideradas “empresas-mãe” deverã prosseguir, mas vai obedecer ao entendimento do Supremo, que manteve a exigência do aval do Congresso Nacional e licitação.

Ele celebrou a possibilidade de a União se desfazer das subsidiárias sem controle do Legislativo. Para ele, a liberação da venda das subsidiárias “sem amarras” vai permitir “a eficiência no poder público”. “O país agradece”, disse Mendonça, sem esclarecer a que país ele se referia, já que a maioria das subsidiárias vendidas até agora foram parar em mãos de empresas estrangeiras.

A intenção de esquitejar a Petrobrás fica clara em sua comemoração. “O Supremo hoje parametrizou a formatação do estado brasileiro nos próximos anos, no sentido de que houve o reconhecimento de que há muitas empresas estatais sem necessidade”. O que o governo Bolsonaro pretende é que as subsidiárias que compõem o complexo petrolífero brasileiro sejam entregues para grupos estrangeiros.

“As subsidiárias, criadas em lei, agora podem ser vendidas independentemente de uma lei específica”, comemorou. “E agora seguindo um parâmetro dos princípios da Constituição. Da eficiência, da moralidade, da competitividade, da isonomia entre os participantes. E isso é o que vinha sendo feito e o que continuará sendo feito”, complementou o entreguista da Advocacia-Geral da União do governo Bolsonaro.

SÉRGIO CRUZ

Inadimplência bate novo recorde em abril: 63,2 milhões de brasileiros

O número de inadimplentes bateu novo recorde em abril, Segundo dados divulgados na quinta-feira (6) pela Serasa, chegando a 63,2 milhões de pessoas. Um novo recorde histórico e o equivalente a 40,4% da população adulta.

“Com a estagnação da economia, aumento do desemprego e da inflação ao longo dos primeiros meses de 2019, que impactam diretamente o orçamento doméstico; continuamos a bater recordes no número de consumidores com contas em atraso”, declarou a economista da Serasa Experian, Luiz Rabi.

Na comparação com o mesmo período de 2018, o número de pessoas inadimplentes aumentou em 2 milhões, uma alta de 3,2% - provocada pelas dívidas não pagas com contas de consumo, como: água, energia elétrica, gás e telefonia. Já na passagem de março para abril, a alta foi de 0,4%.

O Serasa destacou, no relatório de abril, uma evolução nas dívidas em atraso com bancos e cartões, que representaram 28,6% do total das dívidas vencidas e não pagas para o período.

Mudar o Código de Trânsito é fazer uso da Presidência em causa própria

Bolsonaro, três de seus filhos e sua mulher, Michelle, receberam ao menos 44 multas de trânsito nos últimos 5 anos, segundo registros do Detran-RJ

Certas coisas parecem muito absurdas porque são muito absurdas. Que movimento existia (ou existe) dentro do país para tirar do Código de Trânsito a obrigatoriedade da “cadeirinha” para conduzir crianças, nos automóveis? Aliás, apesar de algumas reclamações de motoristas de táxi, que movimento existia no país para aumentar o número de “pontos” – ou seja, o número de infrações – com que a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) é suspensa? Que movimento existe para aumentar o prazo de validade da carteira de cinco para 10 anos (dois anos e meio para cinco anos, no caso dos idosos)?

Nenhum. Ou, também podemos perguntar, qual o bem para os caminhoneiros – e para a sociedade – que traria o fim dos exames toxicológicos (o que é, na prática, a liberação do “rebite”, da anfetamina ou da anfepramona, e seu uso por motoristas acossados pelos prazos de entrega)? Exceto para os traficantes de anfetamina, nenhum. Portanto, por que Bolsonaro resolveu apresentar um projeto alterando o Código de Trânsito Brasileiro (CTB)?

Um projeto que ele considera tão importante, que foi pessoalmente ao Congresso entregá-lo ao presidente da Câmara.

Um projeto que não contou com qualquer estudo ou fundamento técnico que o justificasse. Como pode ser isso?

O negócio é tão absurdo que somente restou, a nós, uma hipótese: Bolsonaro estava, outra vez, usando a Presidência da República para expelir os seus rancores pessoais e familiares.

Não seria a primeira vez. Um dos primeiros atos de Bolsonaro, mal assentado na Presidência, foi a demissão do chefe do Centro de Operações Aéreas do IBAMA, Joaquim Olímpio Augusto Morelli.

Motivo da demissão: em 2012, Morelli multou o então deputado federal Jair Bolsonaro, que estava pescando, ilegalmente, em uma área ambiental protegida (v. [Funcionário concursado do Ibama que multou Bolsonaro em 2012 é exonerado](#), HP 30/03/2019).

Então, somente nos restou essa hipótese: a de que Bolsonaro estivesse outra vez usando a Presidência em causa própria – ou, mais exatamente, para expelir os seus rancores, usando para isso a máquina pública e o cargo que ocupa.

Era ainda uma suposição. Não tínhamos lido uma interessante reportagem, publicada no final de abril, portanto, um mês antes que Bolsonaro entregasse o seu projeto de alterações do Código de Trânsito ao presidente da Câmara.

Eis alguns trechos: “O presidente Jair Bolsonaro, três de seus filhos e sua mulher, Michelle, receberam ao menos 44 multas de trânsito nos últimos cinco anos, segundo registros do Detran-RJ (Departamento de Trânsito do Rio de Janeiro).

“Os prontuários da primeira-dama e do senador Flávio têm infrações que extrapolam o limite de 20 pontos permitido por lei para o período de um ano, o que, em tese, pode resultar na suspensão do direito de dirigir. Os dois são os que mais colecionam pontos na carteira ao longo dos cinco anos, com 41 e 39 pontos, respectivamente.

(...) “O presidente acumulou seis infrações nos últimos cinco anos, segundo o Detran-RJ. Todas já foram pagas e resultaram em 18 pontos na carteira.

“Duas infrações, em 2016 e 2018, foram do tipo ‘gravíssima’, que contam 7 pontos. Na primeira, o Detran registrou que Bolsonaro dirigiu em faixa exclusiva para ônibus, em Niterói. A segunda foi por avançar sinal vermelho na Barra da Tijuca, zona oeste, em 7 de janeiro de 2018. O restante das multas do prontuário de Bolsonaro são pelo mesmo motivo: excesso de velocidade.

“No total, as multas enviadas pelo Detran Rio para a família somam R\$ 5,8 mil.

“Até agora, considerando que há infrações ainda em fase de notificação prévia ou em prazo de recurso, o clã Bolsonaro soma 129 pontos e já pagou R\$ 4,7 mil aos cofres públicos pelo mau compor-

tamento. As violações ao Código de Trânsito Brasileiro ocorreram no Rio, São Paulo e Brasília.

“A maior parte das multas da família do presidente é por excesso de velocidade — 24 das 44. O recordista é Flávio [Bolsonaro], autuado 13 vezes por estar acima do limite permitido.

“Segundo os dados do Detran, Michelle e o senador têm em seus nomes infrações que extrapolam os 20 pontos em um período de 12 meses. As notificações enviadas a Flávio somaram 39 pontos de março de 2018 a março de 2019. Todas por excesso de velocidade.

“O senador levou ao menos seis multas por acelerar além do limite e por avançar o sinal na avenida das Américas, no Rio, região de sua casa. Em 2016, em cinco dias, duas foram aplicadas por excesso de velocidade na mesma via.

“Já Michelle superou o limite de 20 pontos de janeiro de 2017 a janeiro de 2018. Nesse período, ela tomou cinco multas, três consideradas ‘gravíssimas’, uma por dirigir enquanto falava ao telefone, outra por avançar o farol vermelho e a última por estar com o carro sem licenciamento.

“As outras duas foram por parar em cima da faixa de pedestres na mudança de sinal. Em outros períodos, também cometeu deslizes como estacionar sobre a calçada” (cf. Camila Mattoso e Fábio Fabrini, [Em guerra contra radares, Bolsonaros somam mais de 40 multas de trânsito](#), FSP, 28/04/2019).

QUANTO CUSTA

Em suma, Bolsonaro quer adaptar as leis do país às conveniências suas e de sua família – ou, no máximo, daquele entorno que é o seu círculo íntimo.

Obviamente, “adaptar” as leis quer dizer tornar “legal” aquilo que é ilegal, inclusive as ilegalidades já cometidas, e, claro, também as futuras.

Não é por acaso que até seus apoiadores se mostram escandalizados.

“Quanto custa uma cadeirinha? Eu não sei o valor de uma cadeirinha, mas sei o valor de um terreno no cemitério. Eu sei quanto custa um caixão, eu paguei o caixão do meu filho. Eu sei quanto custa choro, flores”, disse, na Câmara, a deputada Christiane Yared (PL-PR), que teve um filho morto em um desastre de trânsito.

A deputada é pastora evangélica e apoia, na Câmara, o governo Bolsonaro.

Mas, em relação a essa tentativa de fazer com que a lei do trânsito seja moldada pelos afãs da família Bolsonaro, ela é contra:

“... os valores desses dispositivos de segurança para crianças são valores mínimos, que a gente poderia até conseguir algumas reduções com isenções de impostos, projetos que já foram apresentados. Sem contar que há ONGs no Brasil inteiro que providenciam esses equipamentos para famílias que não têm possibilidade de comprar.

“Também vemos com preocupação a questão dos dez anos para renovar uma habilitação. As vezes, em questão de dois anos as pessoas podem ter um glaucoma, um prejuízo de visão sério e continuar dirigindo. No meu caso, o jovem que matou o meu filho teve a habilitação concedida aos 18. Quando ele fez a renovação estava com 23 anos, e quando fez 26 era um drogado. Ele tinha um problema sério com alcoolismo, tinha bebido quatro garrafas de vinho. Ele já tinha um histórico de pontos assustador na carteira e continuava dirigindo. Matou duas pessoas” (v. Mariana Haubert, [‘Valor da cadeirinha é irrisório comparado ao de um caixão’, diz aliada de Bolsonaro](#), OESP 07/06/2019).

Segundo Bolsonaro, não é preciso que a obrigatoriedade da “cadeirinha” para conduzir crianças esteja na lei: “Está mexendo com o seu filho. Precisa estar na lei algo para o seu filho ser protegido? Nem precisava de lei. Quem tem responsabilidade sabe disso, vai lá e bota a cadeirinha atrás e leva o bebê ali atrás”. Também não deve ser necessário, portanto, que a lei proíba os motoristas de trafegarem embriagados ao volante.

Aliás, pelo que disse Bolsonaro, o que não é necessário é a lei.

CARLOS LOPES



“Nem precisava de lei”, disse Bolsonaro sobre sua tentativa de acabar com a obrigatoriedade do uso das cadeirinhas para conduzir crianças

Assim caminha a humanidade

WALTER NEVES*
VICTOR DE OLIVEIRA*

E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará (João 8:32)

Tudo começou há 7 milhões de anos, com o surgimento dos primeiros macacos bípedes. O primeiro bípede é conhecido como Sahelanthropus tchadensis e foi encontrado em 2002 no deserto do Chade. A bipedia é o traço característico da nossa linhagem, a dos hominínios. No início, a bipedia era facultativa, mas há cerca de 2,5 milhões de anos ela passou a ser estritamente terrestre. Esse fenômeno coincide com o surgimento do gênero Homo no registro fóssil. Datam também dessa época outras características bastante humanas, como cérebros maiores do que aqueles dos grandes símios e a fabricação das primeiras ferramentas de pedra. Até 2 milhões de anos atrás toda a evolução de nossa linhagem se restringiu à África.

Mas há 1,8 milhões de anos um de nossos ancestrais mais famosos, o Homo erectus, já podia ser encontrado no Cáucaso, como atestam os cinco crânios dessa idade exumados nos anos 2000 na jazida de Dmanisi, na República da Geórgia. A capacidade craniana desses indivíduos varia entre 650 e 750 cm³. Por volta de 1,5 milhões de anos atrás esse nosso ancestral, que surgiu na África, já podia também ser visto nas paisagens europeias e asiáticas, às vezes com cérebros que atingiam 900 cm³.

Se a primeira indústria de pedras lascadas – chamada de Olduvaiense – era caracterizada apenas por lascas simples, sem retoques, por volta de 1,7 milhão de anos atrás surgiu a indústria lítica Acheulense, com as primeiras ferramentas idealizadas mentalmente, com sinais de preconcepção. Coincidentemente, essas primeiras ferramentas planejadas só surgem no registro fóssil com o desenvolvimento do cérebro acima de 900cm³.

Por volta de 600 mil anos surgiu o Homo heidelbergensis, os primeiros cabeçudos. Esses hominínios já apresentavam uma capacidade craniana muito próxima à nossa, cerca de 1200 cm³. Na Europa esses hominínios deram origem ao Homo neanderthalensis – os neandertais – com capacidade craniana de cerca de 1450 cm³.



Scientific American

O crânio de uma jovem *Australopithecus afarensis*, conhecida como a filha de Lucy. Selam, como o fóssil é chamado, viveu há 3,3 milhões de anos no que hoje é a Etiópia

Na África os heidelbergensis deram origem à nossa espécie, Homo sapiens, há cerca de 200 mil anos, com capacidade craniana de cerca de 1350 cm³. Mas foi só a 50 mil anos atrás que nós nos espalhamos por todo o planeta, encontrando várias espécies ainda arcaicas pelo caminho. Essa expansão foi rápida. Há 45 mil anos o homem moderno já estava na Austrália e há 14 mil anos, na América. Em alguns casos trocamos genes com essas espécies arcaicas, como, por exemplo, com os neandertais.

Entre 70 e 50 mil anos atrás ocorreu uma mudança no cérebro do Homo sapiens que levou a uma explosão de sua criatividade, incluindo a tecnológica. Esse episódio é denominado a Explosão Criativa do Paleolítico Superior. Foi a partir de então que começamos a produzir e manipular símbolos. Passamos a atribuir significado a quase tudo em nossa volta, incluindo uma significação para a própria vida. Surgiram as primeiras manifestações artísticas, tais como a escultura e a pintura parietal. Tanto a primeira quanto a segunda têm, de saída, forte viés xamanístico, indicando, portanto, que o sentimento de religiosidade também fez parte do pacote.

Isso pode fazer parecer que somos especiais. Entretanto,

quase fomos pro saco por volta de 70 mil anos atrás. A explosão de um super vulcão na Indonésia provocou um inverno nuclear de cerca de 5 anos por todo o planeta. Poucos de nós sobrevivemos a essa hecatombe. Nossa espécie foi reduzida a meros 10 mil indivíduos, população essa similar à dos chimpanzés atuais, considerados em perigo de extinção.

Também estamos longe de ser o resultado de um design inteligente. Basta ver uma mulher parindo que isso fica muito claro. É um dos preços que tivemos que pagar pela fixação da bipedia em nossa linhagem. O canal do parto se estreitou e para minorar a situação, mas não para resolvê-la totalmente, nossas crias começaram a nascer com cérebros muito pequenos e imaturos e se tornaram extremamente dependentes de cuidado parental por um longo período, muito maior do que em qualquer outro macaco.

E assim caminhou a humanidade. É essa a narrativa que tem que ser ensinada nas escolas se, de fato, formos um Estado laico.

*É Professor Sênior do Instituto de Estudos Avançados da USP

**É aluno do Instituto de Matemática e Estatística da USP

Daniel Teixeira - Estação



Walter Neves professor sênior do IEA da USP, fundador dos Cientistas Engajados



Cuca da UNE

Milhões de pessoas foram às ruas contra os cortes na verba das universidades

Justiça manda suspender os cortes na verba das universidades federais

A Justiça Federal da Bahia determinou a suspensão dos cortes nas verbas e custeio das universidades federais realizados por Bolsonaro e seu ministro da Educação Abraham Weintraub. Segundo a decisão, o MEC tem 24 horas para cumprir a reintegração da verba das instituições federais de ensino, sob pena de multa diária de R\$ 100 mil.

A decisão da juíza Renata Almeida, da 7ª Vara Federal, na Bahia, acolhe a ação do Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Brasília (UnB). De acordo com a juíza, o corte realizado pelo governo não possui “critérios amparados em estudos”.

Ela cita ainda “diversas ações populares e ações civis públicas” com a mesma solicitação.

“Não se está aqui a defender a irresponsabilidade da gestão orçamentária, uma vez que é dever do administrador público dar cumprimento às metas fiscais estabelecidas em lei, mas apenas assegurando que os limites de empenho, especialmente em áreas sensíveis e fundamentais segundo a própria Constituição Federal, tenham por base critérios amparados em estudos que garantam a efetividade das normas constitucionais”, escreveu.

Ela também criticou os ataques do ministro da Educação, Abraham Weintraub, às universidades federais, acusando-as de balbúrdia.

“Não há necessidade de maiores digressões para concluir que as justificativas apresentadas não se afiguram legítimas para fins de bloqueio das verbas originalmente destinadas à UNB, UFF e UFBA, três das maiores e melhores Universidades do país, notoriamente bem conceituadas, não apenas no ensino de graduação, mas também na extensão e na produção de pesquisas científicas. As instituições de ensino em questão sempre foram reconhecidas pelo trabalho de excelência acadêmico e científico ali produzido, jamais pela promoção de “bagunça” em suas dependências”, seguiu a juíza.

Em abril deste ano, o governo anunciou o corte de em média 30% na verba de custeio – destinada ao pagamento de despesas como água, luz, limpeza, manutenção e segurança, das instituições federais de ensino. De acordo com os reitores das universidades, o corte inviabilizará as instituições a partir do segundo semestre.

Após o corte, estudantes, professores, pesquisadores e cientistas das universidades públicas iniciaram uma série de atos em defesa da Educação e em repúdio à perseguição ao conhecimento realizada pelo governo Bolsonaro.

Nos dias 15 e 30 de maio, milhões de pessoas saíram às ruas de todo o país em manifestações gigantescas contra os cortes.

Ricardo Salles é vaiado no Senado e sai às pressas

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, foi vaiado nesta quinta-feira (6) enquanto fazia um discurso no plenário do Senado, durante sessão especial em homenagem ao Dia Mundial do Meio Ambiente.

As vaias fora uma reação à tentativa do ministro de justificar o que tem sido apontado como um “desmonte” da pasta pela gestão de Bolsonaro. Salles alegou ser “inverídica” a crítica de que o atual governo está esvaziando a estrutura do ministério.

“Com relação aos nossos órgãos que desempenham um papel importante nesse trabalho, o Ibama e o ICMBio, e à frase que tem sido dita, do desmonte, é absolutamente inverídica. Ao contrário, o desmonte foi herdado”, afirmou.

Segundo o ministro, o que houve em relação a algumas medidas que mexeram na estrutura do ministério não foi o enfraquecimento da fiscalização ambiental, mas sim uma mudança de “gestão”, para buscar maior eficiência na aplicação dos recursos.

Entre estas medidas, o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) deixou a pasta para integrar o Ministério da Agricultura. A Agência Nacional de Águas (ANA) saiu do Ministério do Meio Ambiente e foi para o do Desenvolvimento Regional. A Secretaria Nacional de Mudanças Climáticas foi extinta. O ministro também anunciou a revisão de 334 áreas de proteção ambiental administradas pelo ICMBio.

As afirmações do ministro causaram indignação em representantes de povos indígenas, ambientalistas e associações que defendem a conservação do meio ambiente, presentes nas galerias, que começaram a vaiar. Enquanto acompanhavam a fala, alguns ativistas chegaram a virar as costas para Salles.

Ao encerrar seu discurso, o ministro se retirou da sessão solene, alegando ter outro compromisso. O líder da Rede, Randolfe Rodrigues (AP), pediu então que ele ficasse e respondesse apenas a uma pergunta, mas não foi atendido.

A senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA), que presidia a sessão, até solicitou ao ministro que aguardasse o questionamento do líder da Rede. Mas Salles se despediu dos membros da mesa e deixou o plenário. Com isso, o público começou a gritar repetidamente “fica” e “fuja”.

Pablo Valadares/Câmara dos Deputados



Audiência na Câmara dos Deputados Na Câmara, economistas rebatem “capitalização” da Previdência

Em seminário internacional promovido pela comissão especial que analisa a reforma da Previdência na Câmara para debater modelos previdenciários, diversos especialistas defenderam o sistema de repartição que vigora no país, criado pela Constituição de 1988, como o melhor para toda a população e se posicionaram contrários ao sistema de capitalização proposto pelo governo.

O técnico do Ipea, economista Milko Matijascic, deu o exemplo de diversos países que tiveram que rever seus modelos de capitalização após a crise financeira de 2008 e citou o caso dos Estados Unidos. “As pessoas tiveram que trabalhar de 4 a 5 anos a mais por causa da crise para se conformar em receber de 25 a 30% menos de benefícios em relação a esses fundos”.

Para a pesquisadora do Centro de Estudos Estratégicos da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Sônia Teixeira, o sistema de capitalização, de contas individuais de poupança, depende de fatores que não estão sob o controle do trabalhador.

Contestando Heinz Rudolph, do Banco Mundial, que defendeu o sistema de Capitalização por questões demográficas, Sônia Teixeira argumentou que no momento em que a sociedade está mudando o seu perfil demográfico, o sistema previdenciário deve sim ser “aperfeiçoado”, mas que “a essência atual da Seguridade Social tal como está formulada na Constituição é a correta”, disse. “A sociedade como um todo deverá contribuir para aposentadorias e pensões”, defendeu.

A pesquisadora também classificou o projeto de reforma como “autoritário”. “Não teve participação e não se discutiu o diagnóstico para depois discutir as soluções. Dizer que é a Previdência Social que está deteriorando as finanças públicas, e não que a economia está deteriorando as contas da Previdência, é uma coisa que a sociedade não concorda. O que me pergunto é se os parlamentares vão dar esse cheque em branco”.

“O sistema da seguridade é uma imensa conquista da Constituição Federal. Todo governo deve entrar com sua parte no orçamento da Previdência e aqui tributamos o capital – faturamento e lucro – então, é impossível não ser sustentável”, afirmou a deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), refutando os argumentos do governo sobre a Previdência.

Segundo o professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília, José Luis Oreiro, “o governo faz terrorismo econômico” com o crescimento da dívida pública. O professor afirma que o ritmo de crescimento da dívida vem diminuindo e que o problema da Previdência é o baixo crescimento econômico, que não será resolvido com a reforma.

A economista Maria Lúcia Fattorelli, coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, afirmou que o sistema de capitalização vai beneficiar apenas os bancos, responsáveis por gerir as contas individuais destinadas à aposentadoria. Segundo ela, para o trabalhador ficará a “insegurança total” no novo modelo.

“A crise tem garantido o aumento do lucro dos bancos. No ano passado, com a economia toda estagnada, o PIB parado e agora caindo, com o povo desempregado, indústrias quebrando, num processo gravíssimo de desindustrialização, os bancos continuaram lucrando”, disse.

“Somente o setor financeiro vai ganhar. Vai receber as contribuições individuais, as taxas de administração e aportes que o governo terá que pagar, e não terá obrigação nenhuma”, denunciou a economista.

Foto: NCS



Lançamento da Frente Parlamentar dos Trabalhadores em Transportes

Sindicato dos Metroviários de SP



Funcionários do Metrô-SP aprovaram a adesão durante assembleia

SP: metroviários aprovam greve contra a reforma da Previdência

Os metroviários de São Paulo decidiram aderir à greve geral do dia 14 contra a reforma da Previdência. A decisão foi tomada em assembleia da categoria na quinta-feira, na sede do Sindicato dos Metroviários de São Paulo.

“Se aprovada, a PEC 6/2019 tornará a aposentadoria um sonho impossível para a grande maioria da população. Por isso, é necessário aderir à paralisação”, diz o sindicato.

A mobilização para a greve geral organizada pelas centrais sindicais e movimentos sociais, que

cresce a cada dia, já conta com a adesão de diversas categorias profissionais em todo o país, como metalúrgicos, professores, comerciários, petroleiros, bancários, trabalhadores da construção civil, das áreas de saúde, saneamento e funcionários públicos, entre outros. No setor de transportes, motoristas e cobradores de ônibus já definiram pela adesão à greve, além de aeroviários e aeroportuários. Nesta sexta (7), os trabalhadores da CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos) também vão se reunir para decidir se

param no dia 14.

Quanto à participação dos trabalhadores das linhas 4-Amarela e 5-Lilás, que são operadas pela iniciativa privada, a assembleia decidiu que o sindicato deve se empenhar para que estes trabalhadores também participem do movimento.

Na quinta-feira, 13 de junho, os representantes dos trabalhadores devem se reunir novamente em assembleias para definir os detalhes da paralisação e atos de protesto, que deve reunir sindicatos de outras áreas em todo o Brasil.

Sintracon-SP



Na foto, Antônio de Souza Ramalho, presidente do Sintracon-SP

Mobilização na construção civil conquista acordo com reajuste salarial e benefícios

Após paralisação em 35 grandes obras em São Paulo, iniciada no dia 27 de maio, os trabalhadores da construção civil conquistaram o melhor acordo dos últimos dez anos, especialmente nas cláusulas sociais.

A Convenção Coletiva foi assinada no dia 5, na sede do sindicato patronal, “depois de longa negociação, mas com avanços para a categoria”, diz o presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de São Paulo (Sintracon-SP),

Antônio de Souza Ramalho, O Ramalho da Construção.

O acordo, que beneficia 270 mil trabalhadores, passa a vigorar imediatamente. Entre as principais conquistas estão, reajuste salarial de 5,7%, seguro de vida obrigatório para todos os trabalhadores, vale-alimentação de R\$ 315,00, ou vale-refeição de R\$ 22,22, ou almoço avaliado por um nutricionista e acompanhado pelo sindicato em canteiros de obras com mais de 120 trabalhadores; além de estabilidade de até 30 dias (após a greve) para

todos os trabalhadores, ou seja, ninguém pode ser demitido neste período. Outra importante reivindicação da categoria, o direito a que todos os trabalhadores possam usufruir de atendimento no Seconci-SP, também foi atendida. A entidade, que presta serviços médicos, odontológicos, de assistência social e de educação aos trabalhadores da construção civil, mas que tinha sua abrangência limitada, agora será extensiva a todos os profissionais da área.

Aos gritos de “Greve Geral” contra a reforma da Previdência, categoria se reuniu na Câmara dos Deputados

Aos gritos de “Greve Geral”, foi lançada na quarta-feira, 5 de junho, na Câmara dos Deputados, a Frente Parlamentar Mista dos Trabalhadores em Transportes. Durante o ato, que contou com centenas de trabalhadores do setor, dirigentes de sindicatos e das centrais sindicais, os representantes da categoria conclamaram a Greve Geral convocada para o próximo dia 14 de junho.

A Frente foi convocada pelo Deputado Federal Valdevan Noventa (PSC-SE), líder dos condutores de São Paulo, que também coordenou os trabalhos.

“Desde que assumi meu mandato nesta casa legislativa, não identifiquei nenhum parlamentar 100% comprometido com nosso segmento profissional. Informo aos senhores que esse triste retrato está velho, ficou no passado. Meu gabinete está à disposição dos trabalhadores do transporte. Dedicarei todos meus esforços parlamentares para bem representá-los, de modo a assegurar respeito e apoio aos anseios de nossas categorias no Congresso Nacional”, afirmou o deputado.

O objetivo da Frente é discutir amplamente as demandas dos trabalhadores do setor, responsável por cinco milhões de empregos assalariados, autônomos e informais, entre motoristas e setores de apoio, que trabalham no transporte aéreo, marítimo, rodoviário e metroviário, de carga e de passageiros, urbano e rural.

Segundo manifesto distribuído pelos trabalhadores durante a plenária, entre as pautas do setor está a melhoria das condições de trabalho, “a falta de segurança, precarização do trabalho via terceirização e a exposição permanente a riscos físicos, químicos, psicológicos, ergonômicos e acidentes de trabalho”.

Além disso, a frente tem o objetivo de construir mais um mecanismo de resistência contra a política de Bolsonaro, combatendo a reforma da Previdência e a retirada de direitos, afirmam os dirigentes.

“Nós vamos mostrar a esse governo que não pode colocar as patas nos direitos fundamentais dos trabalhadores. Dia 14 será o recado, será o caminho para nós derrotarmos essa reforma da Previdência”, afirmou a

deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ).

Para o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres – CNTTT, Jaime Bueno de Aguiar, “o governo está sucateando as entidades sindicais para retirar direitos sem reação social organizada. Essa criminosa ‘reforma’ da Previdência não traz perspectivas de dignidade para milhões de trabalhadores brasileiros, sem tirar os que estarão condenados a não se aposentar. Nós, trabalhadores, temos que assumir espaços de poder, elegendo legítimos representantes. O cenário político desfavorável que vivemos serve de alerta para não repetirmos tamanho erro nas próximas eleições. Seguro desse amadurecimento, convoco todos os brasileiros a reforçar as trincheiras de proteção aos direitos da classe trabalhadora, ao nosso sistema público de Previdência e à nossa jovem democracia”, reforçou o dirigente.

Ubiraci Dantas, presidente da CGTB, reafirmou: “Essa reforma da Previdência não tem nada que preste. A idade mínima que eles querem colocar é para se aposentar depois da morte. É um governo que mente descaradamente, corta 30% da educação, destrói as universidades. Está faltando até luz nas universidades. Estão destruindo a Petrobrás. Hoje são 28 milhões de trabalhadores sem emprego ou no subemprego. Querem acabar com SUS. Tudo isso para passar mais dinheiro aos bancos. A capitalização é isso. Por isso não temos dúvida que vamos parar geral no dia 14. Quem trabalha, quem carrega o país nas costas, vai parar no dia 14”, completou Bira entoando a palavra de ordem “Se o povo se unir, Bolsonaro vai cair”, acompanhando pelo plenário lotado.

Miguel Torres, presidente da Foça Sindical; Adilson Araújo, presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); Fernando Ferreira Anuncição, vice-presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST); Luiz Carlos Pratas, o Mancha, integrante da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas, entre outras lideranças sindicais também estiveram presentes no ato.

Petroleiros mobilizados contra ataques às aposentadorias

Os petroleiros aprovaram a participação na greve geral do dia 14 de junho convocada pelas Centrais Sindicais contra a reforma da Previdência proposta por Bolsonaro/Guedes, em assembleia na sexta-feira (24 de maio). Os petroleiros também estão se mobilizando contra a tentativa do governo de esquartejar e privatizar a Petrobrás por meio da venda dos ativos da estatal.

Além disso, os trabalhadores estão rejeitando por unanimidade nas assembleias a proposta de acordo coletivo de trabalho (ACT) apresentado pela diretoria da empresa no dia 22 de maio, que ataca importantes direitos conquistados pela categoria.

“Essa proposta de acordo coletivo é para pavimentar o caminho para a privatização. Só vamos mudar este quadro se os trabalhadores entenderem que não há saída individual. A luta é coletiva”, afirmou o coordenador da Federação Única dos Petroleiros (FUP), José Maria Rangel.

Ainda na sexta-feira (24), a categoria realizou um ato em frente à Refi-

naria Gabriel Passos (MG), umas das 8 na lista de privatizações do governo Bolsonaro. Os trabalhadores aprovaram por unanimidade a paralisação na greve do dia 14 de junho em resposta a decisão do governo e da diretoria da empresa.

As assembleias estão ocorrendo por todo país dirigidas pela Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) e pela Federação Única dos Petroleiros (FUP).

“Nós aqui na linha de frente estamos dia a dia, de Norte a Sul deste país, defendendo a Petrobras, mas é com a participação ativa de cada petroleiro que vamos fazer a diferença da classe trabalhadora e reverter todas as mazelas que estão sendo impostas à categoria e à população”, destacou o coordenador da FNP, Adaedson Costa.

“É na luta, como outras gerações fizeram, que iremos defender a nossa empresa, porque defender a Petrobras não é defender o meu, o meu emprego. Defender a Petrobras é defender um Brasil soberano”, afirmou Rangel, coordenador da FUP.

Guedes diz que suspenderá contratação de servidores

O ministro da Economia do governo Bolsonaro, Paulo Guedes, afirmou durante a audiência pública para a discussão da reforma da Previdência, na Comissão de Finanças e Tributação, nesta terça-feira (04), que suspenderá concursos públicos nos próximos anos para diminuir o “inchago” da máquina pública, provocados pelos governos anteriores que, segundo ele, contratavam demais e os salários que subiram “ferozmente”. “40% dos funcionários públicos devem se aposentar nos próximos 5 anos. Não precisa demitir. Precisa apenas deixar de admitir”, disse o Guedes ao defender a diminuição do aparato estatal.

Em abril o governo enviou ao Congresso Nacional a proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias já sem a previsão de concursos públicos, logo após Guedes ter atacado os servidores públicos dizendo que “acabou o empreguismo”.

Assim como Guedes despreza o papel do Estado na economia, de forma que atenda aos interesses da população, também despreza o papel que o funciona-

lismo público tem para garantia de um estado de bem-estar social. Em maio, na Comissão Especial da Previdência, Guedes afirmou que “o funcionalismo público não é culpado, mas também não é inocente. A função deles é tomar conta das coisas públicas. Como teve desvio, roubalheira? Cadê a turma que tinha que tomar conta disso?”.

Para o presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), João Domingos Gomes dos Santos, o ministro mostra profundo desconhecimento sobre a importância do papel que a categoria cumpre no país. “Essa declaração é tão estapafúrdia, tão absurda, que nos autoriza a concluir uma coisa: o ministro sequer sabe o que é servidor público”, disse.

Agora nos resta saber quais interesses esse senhor pretende atender diminuindo a possibilidade de ação do Estado e, por consequência, a possibilidade de fiscalização e atuação em setores importantes do país como a garantia de cumprimento da normas de segurança e medicina do trabalho.

“Plano de Trump é premiar o agressor israelense”, diz diplomata palestina Ashrawi

Hanan Ashrawi, diplomata e membro do Comitê Executivo da OLP, que acaba de ter o visto de entrada aos EUA negado, em entrevista ao portal Democracy Now, fala do “Acordo do Século” de Trump, rejeitado pelos palestinos, e da crise política israelense, seguem principais trechos da entrevista concedida pela diplomata ao portal “Democracy Now!”. A entrevista pode ser lida na íntegra no portal horadopovo.org.br

AMY GOODMAN (para Democracy Now): Você poderia iniciar nos falando sobre este desdobramento histórico no qual, pela primeira vez, desde que Israel se tornou um Estado, um primeiro-ministro, após eleições, não foi capaz de formar um governo. Qual o significado disto para Israel e para os territórios ocupados, como estamos exatamente agora?

HANAN ASHRAWI: Bem, basicamente, o principal conflito no interior do Sistema político de Israel é entre a direita e a extrema direita. De forma que o confronto se dá entre os extremistas religiosos e a vertente da direita política em questões referentes ao recrutamento para o exército de pessoas religiosas. Esta é uma questão. Esta foi a razão pela qual o governo de Israel não foi formado, foi assim que Netanyahu não conseguiu acertar uma maioria no parlamento.

Mas há outras razões também, uma delas é sua persistência que deriva de um orgulho e uma ambição desmedidas, Netanyahu quer, por todos os meios possíveis, evitar ser processado. Ele quer ter imunidade absoluta diante do iminente indiciamento por questões de corrupção, abuso de poder entre outras acusações.

Agora, quando se fala no assim chamado “plano de paz”, a agenda norte-americana, somado ao tratamento norte-americano das negociações em torno de seu plano, vemos que tudo foi formatado com base nas prioridades de Israel e para atender às políticas internas israelenses. E, portanto, toda vez que algo acontece em Israel, este governo dos Estados Unidos se mobiliza, seja para fazer campanha em favor de Netanyahu, ou para ajudá-lo a juntar uma coalizão. E, ao mesmo tempo, a bola foi chutada para fora do caminho do plano de paz para dar a Israel mais tempo para criar fatos, e para os Estados Unidos criarem fatos, para prejudicar as questões reais a serem negociadas, ao tempo em que levam adiante táticas diversionistas para falar que a questão é apenas uma questão econômica: “tudo o que precisamos dar aos palestinos é um punhado de dólares e eles aceitarão seu cativeiro. Faremos o cativeiro mais palatável ou menos agradável”, é como eles dizem.

Então, a questão agora é que as relações entre a administração dos Estados Unidos e Israel pretendem sujeitar a lei internacional, a vontade da comunidade internacional, os imperativos e os requerimentos para a paz, assim como os direitos dos palestinos, a sua parceria no crime.

AMY GOODMAN: Então, temos aí Jared Kushner dando sua visão sobre a situação na Palestina, criticando a liderança palestina, dizendo que se os líderes se preocupassem com os palestinos eles teriam tido uma abordagem diferente. Kushner, que foi ao Oriente Médio com seu enviado, Greenblatt, que é o ex-advogado de Trump para questões imobiliárias. Junto, é claro com o embaixador dos EUA em Israel, Friedman, que também advogou para Trump em questões referentes a concordatas. Dra. Ashrawi, o que pode dizer sobre este plano sobre o que disse Jared Kushner sobre a decisão da liderança palestina de não participar nas conversações que eles chamam de “oficina” no Bahrein, programadas para o final de junho?

HANAN ASHRAWI: Bem, é, de fato, uma oficina. Realmente, porque, em muitas maneiras, reúne tudo que há de errado com este governo e sua política externa e seu total desdém pela lei internacional e para com os direitos do povo palestino. E é irônico que alguém como Jared Kushner esteja falando em eleger a si próprio como mais preocupado com o bem-estar do povo palestino do que a liderança palestina. O que ele quer, golpear a Autoridade Nacional Palestina? Isso já foi tentado antes. Ele busca colaboracionistas? Eu sei que eles estão tentando encontrar colaboracionistas que concordem em ir a esta conferência ou para esta oficina.

Mas foi o presente governo norte-americano que cortou laços, que fechou nosso escritório, o da OLP, em Washington, que fechou o Consulado Geral dos Estados Unidos na Palestina, que funcionava desde 1844 em Jerusalém, e agora o tornou uma unidade de Questões Palestinas colocada na Embaixada dos Estados Unidos em Jerusalém. Eles decidiram aceitar a anexação ilegal de Jerusalém e depois aceitaram a anexação ilegal das Colinas do Góla. Eles tentaram destruir, acabar com a Agência da ONU para os Refugiados Palestinos (UNRWA) e redefinir os refugiados palestinos. Estas são as questões no cerne das quais pode se basear a paz. Eles se recusam a reconhecer as fronteiras de 1967. Eles se recusaram a reconhecer a Solução dos Dois Estados – que implica na soberania palestina, na liberdade e independência palestinas.

Então, o que eles têm feito é tentar esmagar os palestinos. Eles têm punido os palestinos. Eles pensam que temos de nos submeter, que temos que nos render, que temos de declarar que fomos derrotados, como disse Daniel Pipes (jornalista do lobby pró-Israel nos EUA), a quem Kushner ecoou, acham que devem fazer com que isso entre em nossas cabeças, de que nós somos um povo derrotado.

Nossa resposta é de que não somos derrotados. Podemos estar sob ocupação. Podemos ser constantemente sujeitos a todo tipo de medidas punitivas e ameaças e chantagens e medidas imorais e ilegais pelos Estados Unidos e Israel. Mas nosso espírito não foi derrotado. E nós persistimos. Nós somos um povo resiliente. E nós vamos continuar, porque temos direitos, porque nossa agenda política é firmemente baseada em total respeito pelos direitos humanos, pela lei internacional, pela legislação humanitária internacional e, é claro, pelos precedentes internacionais derivados do fim da Segunda Guerra Mundial, onde se estabelece que os vulneráveis devem ser protegidos por normas e leis globais e que as potências fortes e coercitivas devem ser levadas a prestar contas perante a lei internacional.

Então nós sabemos quais são os nossos direitos. O mais destacado de todos é nosso direito à autodeterminação, à liberdade, à dignidade e a nossa própria terra. Agora, não somos estúpidos. Eu penso que isto não é apenas um insulto a nossa inteligência; é uma agressão aos pressupostos da paz e da comunidade internacional.

Ashrawi é diplomata palestina, membro do Comitê Executivo da OLP desde 2009, foi a primeira mulher a ocupar este posto

Papa: “Não há desenvolvimento com pobreza nem democracia com fome”



Papa Francisco condenou os que “querem levar nossos povos à aceitação e justificação da indignidade e das desigualdades”

Argentinos repudiam Bolsonaro: “seu ódio não é bem-vindo aqui”

Durante a visita de Bolsonaro os argentinos ocuparam as ruas em defesa da soberania e da solidariedade entre os povos; repeliram as políticas neoliberais de Bolsonaro e Macri e deram um “NAO às declarações racistas e de apologia à tortura expressas por ambos

Aos brados de “seu ódio não é bem-vindo aqui”, milhares de argentinos foram às ruas de Buenos Aires para repudiar a presença do presidente brasileiro Jair Bolsonaro, apologista da tortura e da ditadura, bem como da discriminação e do neoliberalismo sem peias. Os manifestantes marcharam do centro da cidade até a Praça de Maio, em frente à Casa Rosada, sede do governo, onde o protesto prosseguiu como festival cultural “Argentina rechaça Bolsonaro”, na quinta-feira.

A convocatória do ato registrou, ainda, que o presidente argentino Mauricio Macri “é um dos poucos presidentes no mundo que fariam uma foto” com Bolsonaro. O rechaço repete o fiasco em Nova Iorque, que inclusive levou Bolsonaro a transferir sua “visita” para Dallas, cidade conhecida principalmente por ser onde o presidente Kennedy foi assassinado e por ser tema de série de televisão sobre oligarcas do petróleo.

Apesar de, na manifestação, ter sido decisivo o apoio de entidades progressistas de grande tradição no país irmão, como as Avós da Praça de Maio e a Central dos Trabalhadores Argentinos, o repúdio vai muito além, por se tratar de um país onde 30 mil opositoristas foram assassinados nas masmorras do regime e um número ainda maior sofreu tortura. E onde até o sequestro de bebês de mulheres mortas pela repressão, e entrega a colaboracionistas para que os criassem, ocorreu.

OFENSA IMPERDOÁVEL

Para a população argentina, a apologia da tortura,



Argentinos na rua contra visita de Bolsonaro por suas reiteradas declarações antidemocráticas

dos assassinatos políticos e da ditadura é uma ofensa imperdoável, o que, certamente, está além das possibilidades de compreensão de Bolsonaro. A ditadura argentina é aquela à qual o então secretário de Estado Kissinger pediu que se “apressassem” porque a oposição nos EUA ia ganhar as eleições e os torturadores ficariam sem retaguarda. E eles se apressaram. Antros da tortura se tornaram símbolos de um passado que nenhum argentino quer ver repetido ou justificado.

Os organizadores ressaltaram que o protesto é “em defesa da soberania, da solidariedade latino-americana, contra as políticas neoliberais de Bolsonaro e Macri” e um “NAO ao autoritarismo, ao militarismo e às várias declarações racistas, machistas, homofóbicas e de apologia à tortura expressa por ambos”.

As entidades advertiram, ainda, que “a violência que [Bolsonaro] emite, negando os crimes contra a humanidade das ditaduras latino-americanas, coloca em perigo a continuidade democrática de um dos países com maior peso na nossa América Latina”.

Desde que a indesejada visita foi anunciada, começaram nas redes sociais os memes contra sua pregação de ódio e obscurantismo. A Anistia Internacional salientou que a “retórica hostil” do inquilino do Palácio do

Planalto “estimula a proliferação de discursos de ódio, a polarização, e poderia legitimar violações aos direitos humanos”.

MIASMA

Apesar de há vários anos ter se tornado uma tradição que a primeira visita do presidente eleito seja ao país vizinho, tanto de parte da Argentina quanto do Brasil, não foi essa a preferência de Bolsonaro. Foi primeiro ao Chile, provavelmente em busca dos miasmas de Pinochet e de Milton Friedman, depois foi a Israel para mergulhar nas águas turvas de Netanyahu, e, o auge, aos EUA para o beija-mão a Trump e a indizível recordação do dia em que bateu continência para a bandeira norte-americana, a 300 quilômetros do Disney World.

Nada de pessoal, apenas que Macri e a retomada do neoliberalismo haviam conduzido a Argentina a um desastre tamanho, e de volta ao FMI, que até Bolsonaro achou conveniente retardar o encontro. Acabou, quem sabe, demorando demais, e com a rapidez da desmoralização do seu próprio governo, a coisa ficou parecendo um abraço de afogados. Mas Bolsonaro não se vexou, e conclamou os argentinos a votarem “com a razão”, não com a “emoção” em Macri. A.P

Matéria na íntegra no link: horadopovo.org.br

Facebook contrata nazista ucraniana como sua “administradora de política pública”

Facebook anunciou a contratação de uma das mais declaradas nazistas (ou neonazistas, se preferirem) ucranianas, Kateryna Kruk, para o cargo de “administradora de política pública” para as postagens no país.

A informação foi divulgada pelo editor do portal Grayzone, Ben Norton. Ele pesquisou a trajetória de Kateryna, destacando que ela foi “ativa participante do golpe de 2014 patrocinado pelos EUA na Ucrânia”. Durante aquele período, suas postagens revelam adesão às ideias dos partidos nazistas Svoboda e Setor da Direita, e às chacinas e perpetradas por seus membros durante o levante em Kiev – com o centro na Praça Maidan – que afastou um governo eleito, bem relacionado com o governo independente da Rússia, colocando no lugar uma junta submetida à Otan, que dividiu e miserabilizou a Ucrânia até perder nas eleições seguintes, deste ano, para seu opositor, o comandante Zelensky.

MASSACRE DE ODESSA

Ela evidenciou suas inclinações direitistas em declarações

como a que elogiou como heróis os assassinos dos manifestantes chacinados em Odessa por apoiarem o governo. Ali, quando o acampamento dos apoiadores do governo foi ameaçado por uma turba, eles buscaram refúgio na sede da Central Sindical que foi incendiada, 48 manifestantes morreram, 250 ficaram feridos, segundo números oficiais.

Na época, a atual diretora do Facebook para a Ucrânia achou isso um grande feito e postou: “Odessa limpou a si própria dos terroristas, orgulho-me da cidade lutando por sua identidade”.

Em 2014, já com a junta nazista no poder, Kateryna, felicitou o afastamento dos deputados do PC da Ucrânia do parlamento e disse: “E isso que os comunistas merecem por apoiarem terroristas”.

Isso, enquanto até organizações reconhecidamente alinhadas com os Estados Unidos em sua política internacional, a exemplo da Anistia Internacional, repudiaram a medida. A Anistia considerou aquela penalização como “um decisivo revés para a liberdade de

expressão no país”.

COLABORACIONISTAS

Durante a revolta ucraniana patrocinada pelos EUA, Kateryna, atuou como voluntária do Svoboda, partido que – desde o surgimento nos anos 1990 – saúdam e demonstram identidade com os colaboracionistas ucranianos quando da invasão hitlerista, na a 2ª Guerra Mundial.

Ao contratar uma pessoa como Kateryna, como afirma o articulista Ben Norton, “a corporação tecnológica nem tenta pretender ser equilibrada e imparcial”.

O que o emprego de uma degenerada como Kateryna sinaliza é que as tentativas de fomentar os atritos e a beligerância contra a Rússia, na nefasta ressurreição da Guerra Fria, voltando a incluir em sua articulação o país fronteiriço – como acontecia durante o governo agora derrotado nas urnas – não se detiveram com o afastamento pelo povo ucraniano do dileto fantoche da Casa Branca, Poroshenko.

Leia matéria na íntegra no link: horadopovo.org.br

O papa ressaltou o momento de crise e mudanças, marcado pela necessidade de uma justiça que não permita que “a iniquidade tenha a última palavra”

“Não há democracia com fome, nem desenvolvimento com pobreza, nem justiça na iniquidade”, afirmou o papa Francisco durante o encerramento da Cúpula Panamericana de Juizes sobre Direitos Sociais e Doutrina Franciscana, celebrada no Vaticano na última terça-feira.

Durante dois dias, o evento ocorrido na sede da Academia Pontifícia das Ciências Sociais (Santa Sé) reuniu uma centena de magistrados, que debateram sobre o papel da Justiça na defesa dos direitos sociais e na superação das desigualdades.

Na avaliação de Francisco, vivemos uma “etapa histórica de mudanças”, de crise, em que “se verifica um paradoxo: de um lado, um desenvolvimento normativo fenomenal; do outro, uma deterioração no gozo efetivo de direitos consagrados globalmente”. O fato, destacou, é que “um sistema político-econômico, para seu são desenvolvimento, necessita garantir que a democracia não seja somente nominal, senão que possa se ver refletida em ações concretas que velem pela dignidade de todos os seus habitantes sob a lógica do bem comum, em um chamado à solidariedade e uma opção preferencial pelos pobres”. “Isso exige os esforços das máximas autoridades e, certamente, do poder judicial, para reduzir a distância entre o reconhecimento jurídico e a prática do mesmo”, acrescentou.

O papa expressou sua preocupação com algumas “vozes” de doutrinadores que tentam “explicar” que os direitos sociais são “velhos” e não contribuem em nada para as sociedades atuais. Tais afirmações, ressaltou, “confirmam políticas

econômicas e sociais que levam nossos povos à aceitação e justificação das desigualdades e da indignidade”. O sumo pontífice conclamou a que todos os países trabalhem em prol da igualdade e minimizem cada vez mais a “exclusão e a segregação, de modo que a iniquidade não tenha a última palavra”.

O Papa criticou os “vazios legais” dos quais se aproveitam as elites, e exortou a construção da justiça a partir “tanto de uma legislação adequada, como de acessibilidade e cumprimento da mesma”. E precisou estarmos mobilizados e atentos, alertou, pois o que muitas vezes se vê é que “poem em marcha círculos viciosos que privam as pessoas e as famílias das necessárias garantias para seu desenvolvimento e bem-estar” e geram uma “corrupção” cujas consequências acabam provocando sofrimentos, principalmente nos pobres.

A instrumentalização do direito precisa ser condenada, declarou o Papa, porque põe “em sério risco a democracia dos países” e, via de regra, tem sido utilizada para “minar os processos políticos emergentes” e violar sistematicamente os direitos sociais.

“É necessário procurar todos os meios e mecanismos para que os jovens provenientes de situações de exclusão ou marginalização possam capacitar-se, de forma a assumir o protagonismo necessário”, prosseguiu. Ao encerrar, Francisco frisou que quando os juízes colocam a defesa dos direitos sociais acima de outros tipos de interesses, “vão enfrentar não apenas um sistema injusto, mas também um poderoso sistema comunicacional do poder”.

México resiste e Trump suspende a aplicação da taxa de 5%

Milhares de pessoas participaram com o presidente Andrés López Obrador do “Ato de unidade em defesa da dignidade do México e em favor da amizade com o povo dos Estados Unidos”, realizado na cidade fronteiriça de Tijuana no dia 8, já após a conclusão de acordo entre ambos países sobre questões migratórias. “Os detalhes do acordo serão publicados em breve pelo Departamento de Estado”, declarou Trump.

Quase todos os 32 governadores do país, membros do governo e representantes do Congresso, além de líderes políticos, empresariais, de defesa dos diretos humanos e religiosos participaram na manifestação, que em princípio tinha sido idealizada para mostrar força e unidade nacional frente à ameaça do governo norte-americano de impor tarifas de pelo menos 5% a todos os produtos saídos do México para os Estados Unidos.

No acordo afinal conseguido, o México comprometeu-se a mobilizar 6.000 elementos da Guarda Nacional para controlar a sua fronteira com a Guatemala e a receber os que solicitam asilo nos Estados Unidos, até que os seus pedidos sejam processados pelos tribunais dos EUA.

A Casa Branca anunciou em 30 de maio que imporia uma taxa aos produtos importados do México e fecharia a fronteira se o governo de Obrador não detivesse os imigrantes centro-americanos que atravessam o território asteca para chegar aos EUA. A taxa, começaria a vigorar na segunda-feira (10) se não houvesse acordo e aumentaria paulatinamente até chegar aos 25% em outubro.

Na terça-feira, Trump recusou de sua ameaça de fechar a fronteira, mas advertiu seu vizinho do sul que adotaria tarifas sobre a importação de veículos “caso persista o atual fluxo de imigrantes”.

A mudança de postura da Casa Branca também teve a ver com a reação que o tarifaço progressivo ao México e países centro-americanos despertaram não só no Partido Democrata, como também no Republicano.

Nancy Pelosi, presidente da Câmara de Representantes, assinalou que o Congresso responsabilizaria a administração de Trump “pela sua incapacidade para abordar a situação humanitária em nossa fronteira sul” e disse que o presidente tinha socavado os esforços no Congresso para abordar os temas fronteiriços e os esforços

com o México para abordar as redes de contrabando.

Em almoço, senadores republicanos também rejeitaram a ameaça de Trump. “Aproximadamente meia dúzia de senadores do Partido Republicano ficaram de pé para falar sobre o quão imprudente seria a decisão de impor taxas ao México”.

A Câmara de Comércio dos Estados Unidos chamou a medida de “equivocada”. O presidente da Associação Nacional de Manufaturas declarou que era uma política similar a uma bomba molotov.

Caso fosse aplicada, a medida de Trump poderia afetar os preços dos carros, aparelhos de televisão, roupa, cerveja e outras bebidas, e de combustíveis que o México envia com regularidade. Muitos dos produtos são feitos com materiais ou partes que se produzem primeiro nos Estados Unidos e depois são montados do outro lado da fronteira. E, além disso, não há nenhum outro país que forneça mais produtos agrícolas aos EUA que o México.

López Obrador assegurou que cumprirá os compromissos assumidos com os Estados Unidos para evitar que a partir da segunda-feira que se imponham taxas a produtos mexicanos: “reforçar nossa fronteira, aplicar a lei e respeitar os diretos humanos”. Também disse que promoverá a aplicação imediata de programas de desenvolvimento para impulsionar ações produtivas e criar emprego na América Central e no sul-sudeste de México.

Obrador anunciou que a partir da próxima semana “estaremos oferecendo ajuda humanitária e oportunidades de emprego, educação, saúde e bem-estar aos que esperem no México sua solicitação de asilo para ingressar legalmente aos EUA”.

Destacou ainda que ante a “dolorosa realidade” da migração que tem levado milhares de pessoas a abandonar seus lugares de origem por fome, falta de emprego ou condições de insegurança, entre elas, 159.395 menores de idade, dos quais 43.875 são crianças que viajam sozinhas, é claro que “ante essa amarga realidade, não pode se enfrentar a solução só fechando fronteiras ou utilizando medidas coercitivas”.

E destacou que “o mais eficaz e humano é enfrentar o fenômeno migratório combatendo a falta de oportunidades de emprego e pobreza para conseguir que a migração seja não forçada”.

Tribunal sueco rejeita pedido ilegal de prisão contra Assange

A equipe de defesa do jornalista e fundador do WikiLeaks, Julian Assange, obteve uma vitória legal ao conseguir na semana passada com que o Tribunal Distrital de Uppsala, na Suécia, rejeitasse pedido da vice-diretora da promotoria sueca, Eva-Marie Persson, de decretação de mandato europeu de prisão à revelia, apesar de sequer existir uma acusação formal contra ele, apenas uma “investigação preliminar” de suposta má conduta sexual, que já fora descartada por duas vezes anteriormente pelos próprios promotores suecos no período de oito anos.

A sentença determinou que, para prosseguir, a investigação não “exigia a detenção de Julian Assange” e o tribunal, portanto, “não acha proporcional deter Julian Assange”, decisão que implica em que a promotoria não tem como avançar com pedido de extradição agora. A Suécia é um dos cinco países que o Relator Especial da ONU sobre Tortura, o jurista suíço Nils Melzer, denunciou por perseguição judicial implacável contra Assange. Os outros são EUA, Grã Bretanha, Austrália e Equador.

Veredito que foi comemorado pelo advogado sueco de Assange, Per Samuelsson, como “uma grande vitória ... os promotores foram rejeitados”. Ele acrescentou que no estágio a que as coisas chegaram, a investigação “está arruinada” e é impossível “fazer as coisas direito em termos da integridade”. Para o ex-presidente da Ordem dos Advogados da Suécia, Bengt Ivarsson, que considerou “correta” a decisão do Tribunal Distrital, “a única coisa razoável a fazer seria abandonar totalmente essa investigação, de uma vez por todas”, afirmou.

Persson teve a desfaçatez de declarar ao tribunal que o mandato europeu de prisão deveria ser concedido porque havia “risco de fuga” de Assange. Questão prontamente desmontada por Samuelsson, já que o jornalista está num presídio de segurança máxima na Grã Bretanha (por faltar a uma audiência, o que em qualquer outro caso, aliás, seria punido com uma multa).

Samuelsson assinalou ainda que sequer Assange fora solicitado a participar voluntariamente da investigação. “Portanto, ele não pode ser preso, por motivo de interrogatório”, afirmou. O advogado de defesa acrescentou que, se quisessem, os promotores suecos poderiam procurar entrevistar Assange na prisão de Belmarsh ou via link de vídeo.

O advogado acusou os promotores suecos de serem uma espécie de linha auxiliar das tentativas norte-americanas para extraditar Assange e insistiu em que o jornalista precisa se concentrar em se defender do pedido de extradição de Washington, no qual é acusado sob a “Lei de Espionagem” por publicar, no WikiLeaks, junto com os principais jornais do mundo, provas de crimes de guerra e de conspirações malignas da diplomacia norte-americana, com sentença que pode ir a 175 anos de cárcere.

INIQUIDADES E LINCHAMENTO

A rejeição por esse tribunal sueco do mandato europeu de prisão para Assange ajuda a chamar a atenção para todas as iniquidades cometidas por órgãos judiciais ingleses e suecos – mas não só eles – contra o jornalista e confirma a denúncia do Relator Especial Melzer sobre um grupo de Estados democráticos “se unindo deliberadamente para isolar, demonizar e abusar de um único indivíduo por tanto tempo e com tão pouca consideração pela dignidade humana e pelo Estado de Direito”. “Esforço conjunto”, cujo objetivo, como apontou, era “entregá-lo aos Estados Unidos, o que é um pouco do elefante na sala”.

Assim, no mês passado, os promotores suecos do nada reabriram a “investigação preliminar”, após o complô conduzido por Washington submeter o governo do Equador a violar sua constituição e o direito internacional de asilo para levar a polícia secreta inglesa para dentro da embaixada em Londres em 11 de abril e arrancar à força Assange. A.P.

Texto completo em www.horadopovo.org.br

Xi Jinping: “Pressão extrema dos EUA sobre Irã é causa da tensão no Oriente Médio”

As tensões no Oriente Médio são causadas pela extrema pressão dos EUA sobre o Irã”, afirmou o presidente da China, Xi Jinping, nesta quarta-feira em entrevista conjunta à agência de notícias russa, Tass e ao jornal Rossiyskaya Gazeta.

Para o presidente chinês as sanções unilaterais norte-americanas e essa “pressão extrema” sobre Teerã “tem desdobramentos preocupantes”.

O acordo nuclear com o Irã previa a manutenção do comércio com o país. Em abril, a Casa Branca declarou, de forma unilateral, que o acordo nuclear estava rompido e quem quer que comprasse petróleo iraniano sofreria retaliações por parte dos EUA, acrescentando que a intensão é baixar a zero as exportações iranianas.

A China – maior comprador do petróleo iraniano – discordou da decisão dos EUA declarando que seus negócios com o Irã são “razoáveis e legítimos”.

Agora, nesta entrevista desde Moscou, Xi Jinping reafirmou que “a China vai continuar firmemente a assegurar seus direitos e interesses legítimos e legais”.

“É lamentável a ruptura do acordo nuclear internacional conjunto com o Irã pelos Estados Unidos”, já havia afirmado, dias antes, o porta-voz do Ministério do Exterior da China, Geng Shuang. Segundo ele, “defender e implementar o Plano de Ação Conjunto Global (como é denominado o acordo firmado entre o Irã e mais 5 partes em 2015), para barrar a escalada das tensões, é responsabilidade de todos”.

Como resposta às pressões norte-americanas para que todos os países suspendam compras junto ao Irã, o país anunciou retomada parcial do seu programa nuclear de enriquecimento do urânio.

Em atitudes próximas a uma declaração de guerra, Washington despachou para a região uma frota naval incluindo porta-aviões, uma força tarefa de bombardeiros e navios anfíbios de assalto, dizendo que nada disso é agressão, trata-se de “reposta a ameaças por parte do Irã”.

Em outro momento de sua entrevista, o presidente Xi destacou que o acordo tem “importância crucial para a paz no Oriente Médio” e deve ser respeitado”.

Trump abrilhanta velório político de May e é repudiado nas ruas



Londres: manifestantes levaram cartazes com “Não a Trump, Não ao racismo”

Avião bichado 737 Max faz Boeing perder contrato de US\$ 1 bilhão

A companhia aérea Azal, com bandeira do Azerbaijão, cancelou o contrato firmado com a norte-americana Boeing para entrega de dez unidades do modelo 737 MAX no valor de US\$ 1 bilhão. Um porta-voz da Azal justificou o cancelamento por “razões de segurança” devido aos acidentes com os voos da Lion Air e Ethiopian Airlines e a consequente paralisação global da frota.

Em outubro de 2018, um avião 737 Max utilizado pela companhia aérea Lion Air caiu 12 minutos depois da decolagem na Indonésia, causando a morte de 189 passageiros e tripulantes. Em março deste ano outro avião operado pela Ethiopian Airlines caiu da mesma forma seis minutos após a decolagem e matou 157 pessoas. As investigações dos dois acidentes concluíram que ambos sinistros tiveram como causa um mesmo defeito no sistema de navegação, com leituras

erradas dos sensores que, de forma automática, apontam a aeronave para o solo durante os primeiros minutos após a decolagem.

O cancelamento da companhia Azal nesta semana, contudo, não é o primeiro que atinge a Boeing. No dia 22 de março a empresa aérea indonésia Garuda cancelou a encomenda de 49 unidades do modelo Boeing 737 MAX 8. O cancelamento foi noticiado como o primeiro entre os contratos de compra do 737 Max anulados.

QUEBRA DE CONFIANÇA

“Enviamos uma carta à Boeing solicitando a anulação do pedido”, declarou Ikhsan Rosan, porta-voz da companhia nacional da Indonésia, que aguarda a resposta do grupo americano. “O motivo é que os passageiros da Garuda perderam a confiança e já não querem voar no MAX”, completou Rosan.

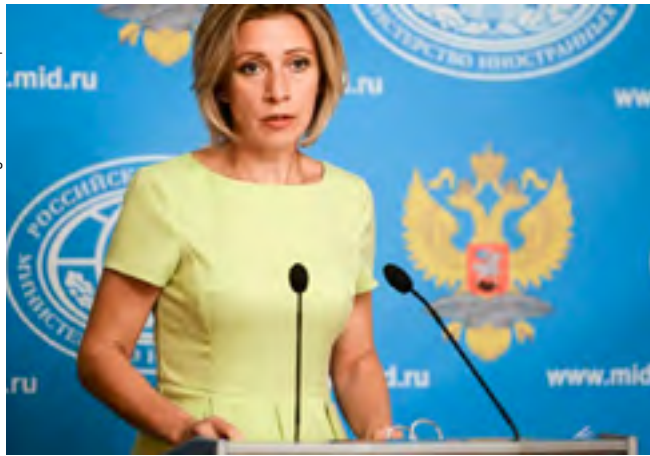
Rússia repudia aperto do bloqueio dos EUA contra Cuba

“Condenamos veementemente o recrudescimento do bloqueio anticubano por parte dos Estados Unidos”, afirmou a porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Rússia, Maria Zakharova, na sua conferência de imprensa semanal. A diplomata referia-se à suspensão pela administração do presidente norte-americano, Donald Trump, das viagens de cruzeiros e aviões de turismo a Cuba, assim como de categorias de intercâmbios culturais, entre outras medidas (ver <https://horadopovo.org.br/governo-cubano-condena-novas-sancoes-de-trump-que-agridem-o-pais-e-o-povo/>).

O ministro dos Negócios Estrangeiros de Cuba, Bruno Rodríguez, visitou Moscou dias atrás, onde se encontrou com o seu homólogo russo, Sergey Lavrov e ambos se mostraram unidos contra as “medidas coercivas unilaterais” dos Estados Unidos contra os seus países, em particular o embargo contra a ilha.

“Vamos prestar todo o tipo de ajuda”, assegurou o vice-primeiro-ministro russo, Yuri Borissov, ao seu homólogo cubano, Ricardo Cabrisas, sobre a situação criada pelas restrições dos EUA.

A Rússia afirmou que as novas sanções do governo dos Estados Unidos que pretendem asfixiar a economia de Cuba, são “cínicas”. “As más recentes medidas punitivas de Washington constituem a continuação de uma velha política de tratar de afogar a econo-



Porta-voz da Chancelaria da Rússia, Maria Zakharova

mia cubana”, declarou o chefe do Departamento de América Latina da Chancelaria russa, Alexander Schetinin.

“Ao mesmo tempo, é óbvio que isso tem um grande objetivo político, embora saibamos que a posição de Cuba é muito firme no que se refere à proteção de sua soberania, seu direito a viver livremente e escolher a forma de desenvolvimento político que considere pertinente”, assinalou, após participar em mesa redonda sobre América Latina, durante o Foro Econômico Internacional de São Petersburgo.

O representante da Chancelaria russa declarou que “gostaria de sublinhar a importância dos acordos intergovernamentais que se assinarão durante o Foro Econômico de São Petersburgo, em primeiro lugar no referente à cooperação o terreno da modernização do setor ferroviário de Cuba”.

Sobre a questão, o vice

primeiro-ministro russo, Yuri Borissov, informou na cadeia de televisão, Rossiya 24, que os dois países assinaram um importante acordo. “Trata-se da modernização de vias ferroviárias cubanas que deve triplicar o fluxo de mercadorias em Cuba (...). Hoje, sexta-feira, assinou-se este acordo intergovernamental, o valor do projeto é de algo menos de 1 bilhão de dólares”, disse, respondendo à pergunta sobre quais os contratos assinados durante o Foro Econômico Internacional de São Petersburgo.

No início deste ano, Borissov, que também é copresidente da Comissão Intergovernamental Rússia-Cuba, estimou que seriam assinados contratos pelo valor de 2 bilhões de euros.

“Isso quer dizer que a tentativa de criar uma impressão de que Cuba possui uma chamada economia tóxica, não tem nenhum fundamento”, frisou o representante da Chancelaria russa.

Protestos contra a visita de Trump começaram na Trafalgar Square com os participantes bradando ao som de tambores, e cartazes com “tire as mãos do NHS” (Sistema de Saúde)

Com boneco inflável gigante do ‘baby Trump’, cartazes de “Dump Trump” – joga Trump no lixo – e reclamações contra a guerra, o racismo e a xenofobia, dezenas de milhares de pessoas protestaram no centro de Londres na terça-feira (4) contra a presença do presidente norte-americano no país e rechaçaram sua cínica oferta de acordo comercial bilateral, em que “tudo” estaria sobre a mesa, “até o NHS”, o sistema de saúde pública britânico que nem o Thatcherismo conseguiu destruir. Ocorreram atos também Glasgow, Birmingham, Edimburgo, Oxford e outras cidades.

A manifestação começou na Trafalgar Square e seguiu até Whitehall, com os participantes bradando ao som de tambores, e mais cartazes, como “tire suas mãos pequenas de nossa Rainha e do NHS” e “Tranque-o na Torre”. Presentes desde ambientalistas até defensores da paz no Iêmen e dos direitos palestinos, passando por sindicalistas, lideranças feministas e parlamentares da oposição. Na sede do governo britânico na Downing Street 10, o biliardário se reunia com a fracassada – e demissionária – primeira-ministra Theresa May. Os manifestantes seguiram depois até o parlamento inglês.

O que não faltou foi bom humor para expressar o repúdio do povo inglês ao bilionário xenófobo no poder na Casa Branca. Um popular vendia rolos de papel higiênico com a cara de Trump. Um garotinho Trump riquinho em tamanho grande, sentado no troninho (de ouro), fazendo o que Trump mais sabe fazer, era outra das gozações que chamavam a atenção. Nas redes sociais, internautas se divertiram registrando a presença do passaralho por onde Trump e sua comitiva iam. Um ou dois débeis mentais, que resolveram aparecer com bonezinho de ‘Make America Great Again’, foram corridos aos gritos de “fora com a escória nazista”.

“NHS NÃO ESTÁ À VENDA”

Em seu discurso no ‘Carnaval da Resistência’ – como o ato foi chamado por seus participantes – o líder do Partido Trabalhista, Jeremy Corbyn, reiterou que “o nosso NHS não está à venda” e apontou que o debate em curso na Grã Bretanha “sobre nosso relacionamento com a Europa e o resto do mundo” deve ser sobre “como proteger os empregos e os direitos”. “Não sobre como ir para um Brexit sem acordo” ou “oferecer nosso serviço público de saúde de bandeja às companhias americanas”, alertou.

“O NHS não está à venda”, dizem os ingleses a Trump diante da “ideia” de que os EUA comprem o sistema público de saúde. (AP) Corbyn entrou, também, na polêmica entre Trump e o prefeito da capital inglesa, Sadiq Khan. Disse que tinha orgulho de que Londres “tenha um prefeito muçulmano” e que “possamos perseguir a islamofobia, o anti-semitismo, qualquer forma de racismo em nossa sociedade”.

Após se referir às concepções de Trump sobre imigração, guerra e meio ambiente, o líder trabalhista – que aponta como saída para a atual crise na Grã Bretanha a realização de eleições gerais – disse que em seu governo trabalharia com “os governos do planeta inteiro” para criar “um mundo pacífico”.

Lindsey German, presidente da coalizão Pare a Guerra – entidade que já foi encabeçada por Corbyn – afirmou que os ministros britânicos, ao invés de jantarem com Trump para discutirem mais ameaças de guerra, deveriam tê-lo denunciado pelas ofensas ao prefeito Khan. “Este protesto não é apenas sobre o governo dos

EUA, mas também sobre o nosso”, acrescentou. “Temos o governo mais desacreditado de nossa história”, assinalou, convocando a volta “à igualdade e à justiça” por meio de uma eleição geral.

“A verdadeira razão pela qual ele está aqui é que ele quer um pedaço do NHS”, denunciou a presidente da central sindical britânica TUC, Francis O’Grady. Ela também manifestou solidariedade às vítimas do último tiroteio em massa na Virgínia, dizendo que Trump devia “go home” [ir para casa] e “instaurar o controle das armas”. Saudou ainda o movimento sindical e os trabalhadores norte-americanos, completando que “amamos o povo americano – nós apenas não aguentamos seu presidente”.

Quando a manifestação chegou diante do parlamento inglês, já estava lá um pequeno grupo de adeptos do presidente bilionário, com bandeiras de Israel, e cantando “USA, USA” e “Trump é o maior”. Após a manifestação, questionou a existência do protesto e se gabou de suas ligações com a Inglaterra, onde tem “dois campos de golfe”. Um deles, o de Trunberry, em Ayrshire, foi alvo de manifestação de ambientalistas contra Trump.

ACORDO TÓXICO

Já a Global Justice Now (GJN) colocou uma grande faixa na ponte da Torre de Londres alertando contra o “acordo tóxico” de “Dump Trump”. O diretor da GJN, Nick Dearden, advertiu que um acordo comercial com Trump “ameaça reduzir nossos padrões alimentares e servir nosso NHS em um prato para corporações americanas”.

Ele acrescentou que isso “destruiria os meios de subsistência de muitos agricultores, daria aos gigantes das grandes empresas americanas ainda mais poder na internet e sujeitaria futuros governos britânicos a contestar de multinacionais norte-americanas em tribunais ‘corporativos’ secretos”.

“E TTIP [o pacto transatlântico de comércio e investimento tentado no governo Obama] em esteróides”, acrescentou Dearden. “Nós derrotamos o TTIP há três anos e podemos derrotar este terrível acordo com Trump”.

Outra entidade, a Campanha Contra o Comércio de Armas, denunciou que “as vendas de armas nos EUA e no Reino Unido alimentaram e possibilitaram a devastadora guerra no Iêmen, que criou a pior crise humanitária do mundo”.

Segundo Andrew Smith, porta-voz da entidade, “por décadas sucessivos governos dos Estados Unidos têm falado sobre liberdade e democracia enquanto armaram e apoiaram regimes em todo o mundo que violam os direitos humanos”. Ele apontou que as políticas que o governo Trump segue “são racistas, reacionárias e belicistas” e devem ser “desafiadas em casa e condenadas no exterior”.

Para a CNN, fazia tempo que um presidente norte-americano se iniscuia tão abertamente nos assuntos ingleses – até quase “nomeou” Boris Johnson próximo primeiro-ministro. Por via das dúvidas, o agraciado preferiu não se reunir com ele. De acordo com pesquisa do YouGov, apenas 21% dos britânicos têm uma opinião positiva sobre Trump. Entre as mulheres, esse número cai para 14%.

Em entrevista à Rádio BBC 4, a deputada trabalhista Emily Thornberry disse que “uma visita de estado é uma honra e não achamos que este presidente mereça uma homenagem”. Ela acrescentou que a verdade “é que ele tentou fechar as fronteiras com países de maioria muçulmana, está enjaulando pequenas crianças mexicanas, agarrou mulheres e se gabou disso. A.P.

Leia a matéria completa em www.horadopovo.org.br

Os escravos na Conjuração Baiana de 1798 (1)

Há poucos dias, revendo alguns materiais que usei para escrever “**Os Andradas e outros heróis da Independência do Brasil**”, topei com o seguinte trecho, do historiador Octavio Tarquínio de Sousa, no nono volume de sua “**História dos Fundadores do Império do Brasil**”:

“*Como quer que seja, os aspectos mais curiosos da conjuração baiana são realmente a participação de um grande número de homens do povo, inclusive escravos, e a inegável influência dos acontecimentos da Revolução Francesa.*”

O autor prossegue, demonstrando a influência das ideias revolucionárias francesas em um dos principais líderes do movimento, o mulato (escrevo esta palavra com orgulho) João de Deus do Nascimento. Por exemplo:

“*O mesmo pardo João de Deus amava Ana Romana Lopes do Nascimento — os autos falam de ‘amizade ilícita’ — mulatinha de dezessete anos, que fora escrava do padre João Lopes da Silva, em cuja casa assistia.*

“*Quando o namorado foi preso, Ana Romana quis saber o motivo e apenas lhe disseram que ‘por estar metido em histórias de Francesia’.*

“*Francês’ o pobre João de Deus, condenado à força, posta a sua ‘cabeça defronte da casa que lhe servia de morada e os quartos nos cais de maior frequência e comércio desta cidade até que uma e outros sejam consumidos pelo tempo para ser assim patente a todos a enormidade de seu delito (...)’ — sentenciou na sua crueldade a Justiça Real. Delito de ‘francesia’, de querer ser um homem livre.*

“*E de ser ‘petulante, altivo,*



soberbo e orgulhoso’ — como se disse na devassa, acumulando os qualificativos. Mulato que ficava sentado diante de brancos poderosos, conforme aconteceu com o tenente-coronel Caetano Mauricio Machado: ‘não se levantava do assento em que estava e muitas vezes sem estar trabalhando falava assim às pessoas’, *testemunhou o seu colega alfaiate Antônio Inácio Ramos, homem branco. Mulato que desafiava outros mulatos presumidos, da espécie de Antônio Joaquim de Oliveira que, ‘vindo em uma cadeira de arruar por causa da chuva e parando os pretos na porta da loja do dito João de Deus’, disse este: ‘Vossa mercê não tem medo ao tempo e porque é rico não quer molhar os pés (...) tempo virá em que possa ser eu que ande de cadeira e vossa mercê de pé’.*

Há mais, no livro do historiador, mas isso é o suficiente para dizer: de repente, descobri que não sabia nada sobre a Conjuração Baiana.

Perceber a própria ignorância não é ruim. O desastre, pelo contrário, é quando o sujeito acha que a sua ignorância é sabedoria. Como estamos com uma cepa desse tipo no governo do país, a começar pelo chefe, não precisamos nos estender



sobre o assunto. Não é mais, para os brasileiros, um problema teórico ou filosófico, mas um problema prático.

Porém, o mais estranho não é a ignorância sobre um acontecimento histórico decisivo para a nacionalidade.

O mais estranho é que trabalho há quase 30 anos (28, para ser preciso) com um ilustre historiador baiano, formado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), e jamais perguntei a ele qualquer coisa sobre a Conjuração Baiana.

Dessa vez, resolvi me corrigir: perguntei a Avesnaldo Sena dos Santos, hoje editor de política da **HORA DO POVO**, o que eu deveria ler para conhecer alguma coisa sobre os revolucionários de 1798, em especial aqueles que foram enforcados e esgartejados, na cidade do Salvador, a 11 de novembro de 1799.

O amigo recomendou-me os livros do professor Luis Henrique Dias Tavares. No dia seguinte, comprei em um sebo a “**História da Sedição Intentada na Bahia**

em 1798”, magnífico livro.

Mas, antes disso, li o trabalho, do mesmo professor, “Escravos no 1798”, publicado na Revista do Instituto de Estudos Brasileiros em 1992.

Quando do último 13 de Maio, procurei um texto que acrescentasse alguma coisa ao que já publicamos sobre a nossa História — que é, antes de tudo, a história dos negros e dos mestiços, sem qualquer preconceito contra os brancos, se é que os há, ainda, neste país...

O martírio dos líderes da Conjuração Baiana, a 11 de novembro de 1799 (ilustração de Tripoli Gaudenzi Filho, 2011)

Não achei um texto — e acabei republicando um que apareceu no HP há 19 anos (v. **O 13 de Maio foi a vitória da luta de Zumbi dos Palmares**).

Então, embora atrasados, eis aqui um texto digno da nossa comemoração abolicionista.

C.L.

Escravos no 1798

LUÍS HENRIQUE DIAS TAVARES*

Foram onze os escravos presos por causa do movimento de 1798, todos eles incluídos na devassa presidida pelo desembargador dos agravos do Tribunal da Relação na Bahia, Francisco Sabino Álvares da Costa Pinto, para isso nomeado pelo governador da Capitania Geral da Bahia, dom Fernando José de Portugal, em seguida à formalização das denúncias referentes a preparativos para “*hum levante*” na cidade do Salvador. Mais imediatamente, devia identificar quem estivesse na noite de 25 de agosto daquele ano no Campo do Dique do Desterro.¹

Apenas onze escravos. Mas a questão não é de quantidade: é que eram escravos, na maioria pardos e nascidos na Bahia (o único africano é o *mina* Vicente). Não há dúvidas que souberam de conversas, convites e articulações sediciosas de homens livres, alguns brancos, outros pardos; alguns militares, soldados e oficiais de baixa patente. Outros, artesãos. E ainda outros, intelectuais. Escravos domésticos e de aluguel circularam ao lado de pardos forros que, por sua vez, estiveram próximos de brasileiros de realce na cidade colonial; eram homens de consideração. Alguns falavam abertamente da revolução francesa, a exemplo do cirurgião Cipriano José Barata de Almeida. Outros, mais reservados, não escondiam insatisfação e irritação com a demora dos navios que deviam vir de Portugal esvaziar os trapiches cheios de produtos da grande lavoura. Eles liam discursos, panfletos e livros ou trechos de livros franceses proibidos em Portugal e suas colônias. Eram homens que tinham notícias da liderança emergente de Napoleão Bonaparte. Homens que faziam circular versos de exaltação à liberdade e à igualdade. Por fim,

homens que idealizaram, na Bahia da última década do século XVIII, um regime político republicano, com um governo democrático capaz de instalar e garantir direitos iguais para todos, não importando cor ou origem social. Alguns deles falaram e conversaram sem reservas. Eles se opunham à monarquia absolutista portuguesa e, por conseguinte, ao sistema colonial dominante na Capitania Geral da Bahia.²

Entendendo as referências à liberdade e à igualdade na condição social em que se encontravam, os pardos forros que souberam ou escutaram essas falas sediciosas detiveram-se no que lhes tocava mais diretamente, sobretudo a discriminação social e de cor que sofriam. Para serem livres, chegaram a conversas e encontros que configuraram “*hum levante*”. E fizeram convites a outros pardos forros. E a escravos.

Onze escravos convidados foram presos. Nada obstante, mesmo que fossem dois; mesmo que fosse somente um, ainda assim é preciso identificá-los, conhecê-los, acompanhá-los. É igualmente necessário vê-los nas cadeias soturnas do Tribunal da Relação e ouvi-los nos interrogatórios e acareações. E registrar as penalidades que cinco deles receberam.

Penso que a presença desses escravos entre os 32 presos políticos de 1798/1799 é tão importante que suscita novas questões e indagações sobre o movimento baiano.

O escravo boleeiro Antonio José

Foram onze, mas apenas dez chegaram até a relação de 23 de fevereiro de 1799, dos réus presos, e à intimação e notificação de 11 de março daquele ano, que deu conclusão à devassa sobre a “*sedição intentada*” ou “*hum levante*” e, a partir da qual, o advogado designado pela Santa Casa, José

Barbosa de Oliveira, escreveu e apresentou ao Tribunal da Relação sua notável defesa.³

Dez, pois um deles morreu na prisão. Chamou-se Antonio José⁴, pardo, escravo boleeiro do tenente-coronel Caetano Maurício Machado. Veio preso para as cadeias do Tribunal da Relação na manhã de 28 de agosto, conduzido sob escolta por ordem do militar seu senhor, que todavia não se considerou obrigado a enviar qualquer justificativa para essa prisão, nem foi indagado sobre suas razões para determiná-la, ou fosse sobre o que fosse ao longo dos meses da devassa conduzida pelo desembargador Costa Pinto. Antonio José é, assim, o único dos escravos presos de quem não ficaram declarações. É aquele que deixou somente o registro de gemidos e sons de vômitos e agonia nas nove ou dez horas que se intercalam entre sua chegada à cadeia e a sua morte por veneno. Entregue ao guarda-livros da prisão, naquele dia 28 acumulando funções de porteiro e carcereiro, e que declarou tê-lo examinado, nada encontrando nele de suspeito, foi recolhido a um dos segredos. Encarcerada no cubículo ao lado, Luísa Francisca de Araújo, mulher de João de Deus do Nascimento, ali colocada desde a manhã de 26, olhou por um buraco na parede e viu que se deitava sobre o capote que estirara no chão. E escutou que suspirava. Numa hora que ela indicou depois ter sido próxima do meio dia, mas que devia corresponder às duas, ou mais, da tarde, Antonio José começou a vomitar. Foi no instante em que o guarda entrou no segredo trazendo água e a comida que um escravo cabeleireiro da casa do tenente-coronel Caetano Maurício Machado trouxera. Vinha num amarrado em panos de dois pratos, um servindo de cobertura a outro que continha arroz, carne assada, toucinho e um pedaço de chouriço do reino, este retirado pelo guarda, que o comeu. Havia mais um pouco de farinha de mandioca.

Antonio José continuava vomitando. E ansiava. O guar-

da indagou o que ele sentia, ao que o escravo respondeu que estava enjoado por causa do cheiro que o *segredo* exalava. Parece que o guarda acreditou, pois saiu, só voltando às oito da noite. Agora o encontrou sentado, mas sem ter comido. O guarda providenciou rápida limpeza do chão emporcalhado e se retirou, regressando na manhã seguinte, cerca das nove horas. Achou o escravo morto, com algum resto de comida nos lábios. Via-se que o alimento fora utilizado.

Chamados para examinar o cadáver, o cirurgião do 2º Regimento pago, Manuel Fernandes Nabuco, e o cirurgião Francisco Luís Reina, concordaram que o escravo morrera envenenado por *sublímado* (cloreto mercúrico). Chegaram a essa conclusão pelas indicações que deduziram da rigidez cadavérica, da “*dissolução dos líquidos*”, das mãos curvas e das unhas roxas, além do sangue nos vômitos. Nabuco diagnosticou logo suicídio e afastou qualquer possibilidade de ato criminoso, acentuando mais que o tenente-coronel Caetano Maurício Machado estava acima de qualquer suspeita. Por sua vez, o cirurgião Francisco Luís Reina mandou vir um cão, a quem deu o resto da comida, sem que disso resultasse consequência. Dessa forma, perante a demonstração, também concordou com o suicídio do escravo. Mas ninguém indagou como o veneno chegara às suas mãos.

Durante o mês de setembro, de 1 a 27, o desembargador Costa Pinto ouviu 24 testemunhas em sua própria residência, todas do tipo “*sabe por ouvir dizer*”, “*sabe por ser notório*”. Testemunhas indiretas. Uma dessas, contudo, um pardo de quarenta anos, militar aposentado, e que vivia de bens, declarou que o escravo Antonio José morrera ao tomar “*o veneno que levava*” no cabelo. Foi a primeira e única informação afirmativa em vinte e três evasivas. Estranhamente, porém, o desembargador Costa Pinto deixou de lado e não fez indagações que talvez permitissem

se saber como ele se informara que o escravo levava veneno escondido no cabelo. De resto, o responsável pela devassa jamais interrogou o escravo cabeleireiro que conduziu e entregou a comida para Antonio José, duas ou três horas após a sua prisão. Também por isso não se saberá verdadeiramente porque o escravo boleeiro morreu envenenado. Pode-se supor apenas que o tenente-coronel o prendeu ao saber que ele fora citado na denúncia do cabeleireiro e capitão do Regimento de milícia dos pretos — os *henriques* — Joaquim José de Santana, que repetiu uma frase de João de Deus do Nascimento, no Campo do Dique do Desterro; “*Não sei como isso he, pois Antonio José, boleeiro de Caetano Maurício, tinha ficado de vir e de trazer consigo sessenta homens.*”

Mas observo que, não obstante as alegações de saber “*por ouvir dizer*” ou “*por ser notório*”, as 24 testemunhas convocadas pelo desembargador Costa Pinto repetiram esse “por ouvir dizer” significando que o escravo fora preso em razão “*de ser confederado em huma rebelião.*”

Na defesa dos 32 presos, ao chegar ao escravo boleeiro, o advogado José Barbosa de Oliveira destacou que as declarações das 24 testemunhas não serviam de prova, e acentuou que a ausência de Antonio José na reunião no Campo do Dique do Desterro mostrava “*q. elle não tinha intenção alguma de entrar em semelhante conjunção.*” Também argumentou contra uma declaração de João de Deus, segundo a qual o nome do escravo Antonio José estava numa lista de “*partidários*” feita por Lucas Dantas de Amorim Torres. O advogado notou que até mesmo existindo essa lista, isso não provava que “*elle prestasse consentimento*” para a inclusão do seu nome. Por fim, concluiu que o próprio suicídio do escravo não resultava em prova, “*visto que não se mostrava que elle o fizesse por temor da pena.*” E assim argumentando, julgou o escravo “izento de ser castigado na sua memória com a

pena de infamia.”

José Barbosa de Oliveira exerceu a melhor defesa. Mas fica irresponsível a pergunta sobre a morte do boleeiro Antonio José. Com efeito, se foi suicídio, por que se matou? Se não foi suicídio, quem ou quais pessoas precisaram do seu silêncio?

O escravo alfaiate de casa Luís de França Pires

Há outros elementos para análise no caso de Luís de França Pires, escravo alfaiate de casa de José Pires de Carvalho e Albuquerque, senhor de engenhos e de escravos rurais e urbanos; dono do sobrado-casarão do Unhão, na Gamboa, e membro destacado de importante família brasileira na Capitania Geral da Bahia — a família da Casa da Torre.⁵ Na ocasião dos episódios de 1798/1799, possuía o título de Secretário Perpétuo “do Estado”, título herdado e sem funções burocráticas, mas que representava lucros e prestígio. Incluindo Luís de França Pires, quatro dos seus escravos urbanos foram presos pela devassa presidida pelo desembargador Costa Pinto.

Preso e colocado em um dos segredos da cadeia do Tribunal da Relação, esse escravo e filho de escravos (mostrou-se inseguro ao informar se o pai era vivo ou morto, mas afirmou que a mãe era falecida) exercitou a inteligência no primeiro interrogatório, tentando manter-se numa negativa que lhe fora sugerida pelo soldado e alfaiate Inácio da Silva Pimentel. Com efeito, de acordo com os autos, igualmente preso, Inácio da Silva Pimentel chamara sua atenção batendo as correntes que o prendiam e gritando-lhe que não falasse, pois só poderiam ser punidos se confessassem, e adiantando que João de Deus do Nascimento e o soldado Caetano Veloso já tinham combinado negar sempre a qualquer pergunta. No entanto, no quarto interrogatório, a 17 de setembro, passou a revelações que se ampliaram no que classificou “*ser a verdade.*”

Continua na próxima edição